



*Natércia Cristina Gonçalves de Oliveira*

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÉNERO  
E O SEU IMPACTO NAS PRÁTICAS FAMILIARES**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**  
MESTRADO EM TEMAS DE PSICOLOGIA  
2010



Universidade do Porto  
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÉNERO E O SEU  
IMPACTO NAS PRÁTICAS FAMILIARES**

**Natércia Cristina Gonçalves de Oliveira**

Dissertação apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sob orientação da Professora Doutora Gabrielle Poeschl, para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia na área de Psicologia Social.

**Porto, Dezembro de 2010**

## Resumo

O presente trabalho teve como principal intuito, o estudo das questões de género e o seu impacto nas práticas familiares, tendo por base, o modelo teórico das representações sociais. A amostra do estudo empírico é constituída por 172 participantes de ambos os sexos. A idade dos participantes varia entre os 21 anos e os 71 anos, sendo a média etária de 45 anos ( $M=45.26$ ;  $DP= 10.54$ ). Relativamente ao estado civil, 86.0% dos participantes são casados, 12.8% vivem em união de facto e 1.2% assumem-se como sendo casados mais de que uma vez. Como instrumento de recolha de dados foi utilizado um questionário, com duas versões idênticas, uma versão masculina e uma versão feminina. Os resultados encontrados sugerem que na actualidade, as mulheres possuem a percepção que trabalham mais nas tarefas domésticas e parentais do que os homens. As mulheres que mais se dedicam às tarefas domésticas e cujos maridos menos investem nestas tarefas apenas têm padrões mais elevados e um maior sentimento de responsabilidade face às tarefas domésticas sem que a sua identidade feminina seja relacionada com essas tarefas. Relativamente às explicações teóricas para a manutenção das desigualdades no contexto familiar, os homens possuem a percepção que a divisão das tarefas familiares é mais justa e satisfatória do que as mulheres. Por fim, sugere-se que nas investigações futuras se aprofunde o conceito de poder na família e a manutenção das práticas familiares tradicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações Sociais, Género, *Female Gatekeeping*, Práticas Familiares.

## **Abstract**

This research aim to critically explore the study of gender issues and their impact on family practices based on the theoretical model of social representations. The empirical study sample consists of 172 participants of both sexes with participants' age ranging from 21 years to 71 years at an average age of 45 years ( $M = 45.26$ ,  $SD = 10.54$ ). Nevertheless, 86.0% of the sampled population are said to be married with 12.8% living with a partner and 1.2% assumed to be married more than once. As an instrument of data collection a questionnaire was used, with two identical versions namely: a male and a female version. The results suggest that at present, women have the perception that they work more in housework and parenting than men. Women who devote themselves more to domestic tasks and whose husbands have less invested in these tasks just have higher standards and a greater sense of responsibility toward the household chores without their female identity is connected with these tasks. For the theoretical explanations for the persistence of inequality within the family suggests that men have the perception that the division of family tasks is fairer and more satisfactory in comparison with the viewpoint of women. Finally, it is suggested that in future investigations to deepen the concept of power in the family and the maintenance of traditional family practices.

**KEY WORDS:** Social Representations, Gender, Female Gatekeeping, Family Practice.

## Resumé

La présente travail avait comme objectif principal, l'étude des questions de genre et de leur impact sur les pratiques familiales, ayant pour base le modèle théorique des représentations sociales. L'échantillon de l'étude empirique se compose de 172 participants des deux sexes. L'âge des participants varie entre les 21 ans et les 71 ans et donc l'âge moyen serait de 45 ans ( $M=45.26$ ;  $DP= 10.54$ ). En ce qui concerne l'état civil, 86,0% des participants sont mariées, 12,8% vivent avec un partenaire et 1,2% assument s'être marié plus d'une fois. Comme instrument de collecte de données, un questionnaire a été utilisé, avec deux versions identiques, l'un version masculin et l'autre féminin. Les résultats suggèrent qu'à l'heure actuelle, les femmes ont la perception que le travail plus aux tâches ménagères et parentales que les hommes. Les femmes qui se consacrent plus aux tâches domestiques et dont les maris ont moins investi dans ces tâches que des normes plus élevées et un plus grand sentiment de responsabilité envers les tâches ménagères sans leur identité féminine est liée à ces tâches. Relativement aux explications théoriques pour la maintenance des inégalités dans le contexte familiale, les hommes ont la perception que la répartition des tâches familiales est plus juste et plus satisfaisante que les femmes. Enfin, il est suggéré que dans les futures enquêtes d'approfondir la notion de pouvoir dans la famille de sorte qu'on pourra comprendre la maintenanc des pratiques traditionnelles de la famille.

MOT – CLÉ: Représentations Sociales, Genre, *Female Gatekeeping*, Pratiques Familiales.

*Aos meus Pais e à minha Irmã*

*"Tudo no final dá certo, se ainda  
não deu, é porque não chegou o final."*

## **Agradecimentos**

*À minha Orientadora, a Doutora Gabrielle Poeschl pelo seu enorme contributo  
ao longo de todo este processo.*

*Aos meus Professores que contribuíram para a minha formação académica e,  
principalmente, colaboraram para a minha evolução enquanto Pessoa.*

*A todos os meus amigos e familiares, especialmente, a Ana, o Billy, a Carla,  
a Carla M., a Conceição, o Edgar, o Hugo, o João, a Joana, a Joana D.,  
a Liliana, a D. Fátima e o seu Marido.*

*Por fim, a todos os participantes deste estudo, pois sem o seu contributo,  
este trabalho não seria possível.*

**Muito Obrigada**

# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>Capítulo I. Enquadramento Teórico-Conceptual .....</b>	<b>5</b>
1.1. <i>Modelo teórico das representações sociais .....</i>	6
1.2. <i>Representações sociais de género .....</i>	10
1.3. <i>A divisão do trabalho familiar e as suas representações .....</i>	12
1.4. <i>Perspectivas teóricas de explicação em relação à divisão desigual de tarefas entre cônjuges na esfera familiar .....</i>	14
1.4.1. <i>Explicações baseadas no conceito de justiça e de satisfação .....</i>	15
1.4.2. <i>Explicações baseadas no conceito de poder na família .....</i>	18
1.4.2.1. <i>Female gatekeeping .....</i>	20
1.5. <i>Objectivos e hipóteses do estudo empírico .....</i>	22
<b>Capítulo II. Metodologia .....</b>	<b>24</b>
2.1. <i>Amostra .....</i>	24
2.2. <i>Questionário .....</i>	25
2.3. <i>Procedimento .....</i>	27
2.4. <i>Análise dos dados .....</i>	27
<b>Capítulo III. Resultados e Discussão .....</b>	<b>28</b>
3.1. <i>Práticas familiares .....</i>	28
3.2. <i>Identidade feminina, padrões e responsabilidade .....</i>	31
3.3. <i>Crença nas diferenças entre os sexos, justiça e satisfação .....</i>	35
<b>Conclusão.....</b>	<b>39</b>
<b>Referências Bibliográfias.....</b>	<b>41</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>46</b>
<i>Anexo1: Questionário sobre as práticas familiares (homem)</i>	
<i>Anexo2: Questionário sobre as práticas familiares (mulher)</i>	

## Índice de Quadros

<b>Quadro 1:</b> <i>Valores de alpha de Cronbach para as quatro dimensões das práticas familiares.</i> .....	28
<b>Quadro 2:</b> <i>Percentagens de participação dos homens e mulheres nas diferentes tarefas familiares. Teste de t de Student.</i> .....	29
<b>Quadro 3:</b> <i>Percentagens de participação dos homens e mulheres nas diferentes práticas familiares, em função do sexo dos respondentes. Teste de t de Student.</i> .....	30
<b>Quadro 4:</b> <i>Estrutura factorial dos itens (versão feminina) após rotação varimax, média e desvio-padrão.</i> .....	32
<b>Quadro 5:</b> <i>Grau de acordo com padrões e responsabilidade e identidade feminina, em função do sexo dos respondentes. Teste de t de Student.</i> .....	33
<b>Quadro 6:</b> <i>Correlações r de Pearson entre as escalas padrões e responsabilidade e identidade feminina e as dimensões das práticas familiares quando significativas.</i> .	33
<b>Quadro 7:</b> <i>Diferenças entre homens e mulheres ao nível da crença nas diferenças entre os sexos, justiça e satisfação.</i> .....	36
<b>Quadro 8:</b> <i>Correlações r de Pearson entre as escalas de crença nas diferenças entre os sexos, justiça e satisfação e as escalas de padrões e responsabilidade e identidade feminina.</i> .....	37

## Introdução

As pesquisas realizadas na década de 70 evidenciaram que as mudanças ocorridas nos anos 1960, devido ao ingresso em massa das mulheres no mercado de trabalho não tiveram as mesmas repercussões na esfera familiar do que na esfera pública (Afonso & Poeschl, 2006; Poeschl, 2000; Poeschl & Silva, 2001). Com este ingresso em massa ocorreu uma progressiva liberalização de opiniões acerca das funções dos cônjuges na família (Spence, Deaux & Helmreich, 1985, *in* Poeschl, 2000; Poeschl, 2008), contudo, esta liberalização de opiniões não teve alterações significativas na divisão das tarefas familiares (Lachance-Grzela & Bouchard, 2010; Poeschl, 2003a).

Na actualidade, a sociedade ocidental é defensora de valores igualitários tanto para homens como para mulheres (Afonso, 2003), mas no que toca à esfera familiar e, principalmente, à divisão das tarefas familiares, estas reflectem fortes desigualdades (Afonso & Poeschl, 2005; Mikula, 1998; Patel, 2005; Poeschl, 2000; 2010; Poeschl & Serôdio, 1998). A esfera familiar continua a ser o contexto onde as mulheres parecem ter conquistado menos em termos de igualdade (Poeschl & Serôdio, 1998).

Vários estudos referem que, independentemente da forma como se distribuem o poder e o trabalho familiar (Baxter & Western, 1998; Müller, 1998, *in* Poeschl, 2000; Poeschl, 2003a), os homens e as mulheres consideram a organização familiar que adoptaram justa, equitativa e satisfatória (Baxter & Western, 1998, *in* Poeschl, 2008; Grote, Naylor & Clark, 2002, *in* Poeschl, 2007; Poeschl, Pinto, Múrias, Silva & Ribeiro, 2006; Roux, 1999, *in* Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002). Segundo Poeschl (2008), os indivíduos consideram a divisão tradicional das tarefas familiares justa e satisfatória devido aos benefícios que retiram da manutenção das práticas tradicionais.

As representações sociais de género e as práticas familiares tradicionais contribuem para a manutenção das desigualdades tanto na esfera familiar, bem como, na sociedade. As representações sociais de género parecem contribuir assim, para a manutenção das posições assimétricas dos homens e das mulheres na sociedade (Poeschl, 2007; 2010). Como refere Burr (1998, *in* Poeschl, 2003a), a pertença sexual continua a ser um princípio organizador da ordem social, uma vez que determina a posição hierárquica dos homens e das mulheres na sociedade (Poeschl, 2003a).

O presente estudo empírico teve como principal objectivo perceber o impacto das representações sociais de género nas práticas familiares, mais precisamente,

procurou perceber o porquê da manutenção da organização tradicional familiar (Poeschl, 2000) e o porquê de algumas mulheres resistirem a um maior envolvimento dos homens nas diversas tarefas familiares (Poeschl, 2007). Este trabalho seguiu a orientação conceptual do Modelo Teórico das Representações Sociais, proposto por Moscovici (1961, 1976).

Este trabalho é constituído por três capítulos, estando os capítulos divididos em várias secções. O primeiro capítulo é composto por cinco secções. Inicialmente é apresentada uma breve revisão da literatura acerca das representações sociais (secção 1.1.). Posteriormente é apresentada a relação entre as representações sociais com os estudos desenvolvidos sobre as representações sociais de género (secção 1.2.) e com os estudos acerca das representações sociais da divisão do trabalho familiar (secção 1.3.). Seguidamente (secção 1.4.) são apresentadas algumas das perspectivas teóricas que explicam a divisão desigual de tarefas entre cônjuges. Estas explicações teóricas baseiam-se no conceito de justiça e de satisfação (secção 1.4.1.) e no conceito de poder na família (secção 1.4.2.). Os objectivos e hipóteses do estudo empírico concluem este capítulo (secção 1.5.).

O segundo capítulo é constituído por quatro secções. São descritos os aspectos metodológicos adoptados, designadamente, a descrição da amostra utilizada (secção 2.1.), a descrição do questionário que foi empregue (secção 2.2.), o procedimento que foi utilizado para a recolha (secção 2.3.) e a análise dos dados (secção 2.4.).

No terceiro capítulo são expostos os resultados do estudo empírico e a discussão. Os mesmos são apresentados de acordo com o questionário e os objectivos do estudo empírico. Neste capítulo pretende-se discutir as hipóteses deste estudo e se as mesmas foram verificadas empiricamente ou não. Este capítulo encontra-se dividido em três secções, designadamente, práticas familiares (secção 3.1.); identidade feminina, padrões e responsabilidade (secção 3.2.) e crença nas diferenças entre os sexos, justiça e satisfação (secção 3.3.).

Nas conclusões finais é apreciado o trabalho desenvolvido e é exposto uma breve reflexão sobre os limites e as questões de investigação que este trabalho suscitou ao longo da sua elaboração.

## Capítulo I. Enquadramento Teórico-Conceptual

O presente capítulo encontra-se dividido em cinco secções. Na secção 1.1. procurou-se clarificar o conceito de “representação social” proposto por Moscovici em 1961. Esta secção aborda os processos de objectivação e de ancoragem que subjazem à formação das representações sociais. São descritas também, algumas das funções das representações sociais, entre outros aspectos. Nesta secção procurou-se assim, definir e apresentar o quadro conceptual no qual se insere o presente trabalho, ou seja, o Modelo Teórico das Representações Sociais (Moscovici, 1961, 1976).

Nas secções seguintes (1.2. e 1.3.) procurou-se analisar a relação entre o modelo teórico das representações sociais com as questões de género (Afonso, 2003) e a divisão do trabalho familiar (Coltrane, 2000). Como refere Moscovici (1961, 1976) para que ocorra a elaboração de uma representação social é necessário que os indivíduos comuniquem entre si acerca de um objecto social relevante e socialmente controverso. A divisão do trabalho familiar, pela sua relevância social, constitui um desses objectos sociais (Afonso & Poeschl, 2005).

A sociedade ocidental é defensora do princípio da igualdade (Müller, 1998; Patel, 2005; Poeschl, 2003a; 2010; Poeschl & Silva, 2001), promovendo mesmo, programas que visam desenvolver medidas de igualdade de oportunidades para homens e mulheres (Afonso, 2003). Contudo, no que diz respeito à divisão das tarefas familiares, estas reflectem uma forte desigualdade entre homens e mulheres (Mikula, 1998; Poeschl, 2000; 2010; Poeschl & Serôdio, 1998). Como tal, na secção 1.4. são apresentadas algumas das perspectivas teóricas que explicam esta desigual divisão. Esta secção encontra-se dividida em duas subsecções. Na primeira subsecção são abordadas algumas das explicações que se baseiam no conceito de justiça e de satisfação (secção 1.4.1.) e na subsecção seguinte (1.4.2.) é abordado o conceito de poder na divisão das tarefas familiares. Para preservar o seu estatuto e autoridade, no seio familiar, algumas mulheres resistem a uma maior participação dos homens nas várias actividades domésticas e parentais, inibindo mesmo, a participação masculina (Poeschl, 2007). Este fenómeno é designado de “*female gatekeeping*” (secção 1.4.2.1.).

Na última secção deste trabalho (1.5.) são apresentados os objectivos e hipóteses do estudo empírico, que foram elaboradas com base na revisão do estado de arte actual.

### *1.1. Modelo teórico das representações sociais*

O conceito de “representação social” foi proposto inicialmente por Moscovici em 1961, com a sua tese de Doutoramento intitulada, “*La psychanalyse, son image et son public*” (Moscovici, 1961, 1976), lançando assim, as bases para o Modelo Teórico das Representações Sociais (Figueiredo, 2003). Nesta obra, o autor pretendeu compreender e descrever o modo como a sociedade francesa, na época, assimilava os conceitos oriundos da Psicanálise, ou seja, de que forma um conhecimento científico passava de um domínio de especialistas para o domínio do senso comum (Afonso, 2003).

O conceito de representação social foi desenvolvido a partir do conceito de “representação colectiva”, proposto por Durkheim, em 1898 (Figueiredo, 2003). Para este autor, as representações colectivas caracterizavam-se pela sua estabilidade nas formas de reprodução e de transmissão das normas sociais, mas para Moscovici (1976, *in* Figueiredo, 2003), as representações sociais eram uma forma específica de conhecer e comunicar a realidade social.

Uma representação social pode ser definida como sendo “*uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objectivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social*” (Jodelet, 1989, *in* Vala, 2006, p. 458). As representações sociais permitem à sociedade a elaboração de um sentido comum (Vala, 2006). Herzlich (1972, *in* Ribeiro, 2005) afirmou que as representações sociais eram modalidades de conhecimento particulares, com expressões singulares, do pensamento social. Assim, as representações sociais são elaborações sociais de um qualquer objecto social (Wagner *et al.*, 1999).

Como refere Moscovici (1981, *in* Vala, 2006, p. 458), as representações sociais são “*um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual*”. Castro (2002) enuncia que as representações sociais são representações presentes no mundo pessoal do indivíduo mas com características sociais e são formas de expressão dos diferentes grupos sociais.

As representações sociais são condições produtoras de realidade, com repercussões na forma como os indivíduos interpretam o que lhes acontece, ou então, as respostas que encontram para fazerem face ao que julgam ter ocorrido (Vala, 2006). “*Uma vez constituída uma representação, os indivíduos procurarão criar uma*

*realidade que valide as previsões e explicações decorrentes dessa representação”* (Moscovici & Hewstone, 1984, *in* Vala, 2006, p. 460).

Vala (2006, p. 461) afirma que *“a representação é sempre a representação de qualquer coisa. Ela exprime a relação de um sujeito com um objecto, relação que envolve uma actividade de construção e de simbolização”*. Uma representação é uma expressão de um sujeito, ou seja, uma representação *“não é um reflexo de um objecto, mas um produto do confronto da actividade mental de um sujeito e das relações complexas que mantém com o objecto”* (Abric, 1987, *in* Vala, 2006, p. 461).

No seu estudo sobre as representações da Psicanálise, Moscovici (1961, 1976) tentou investigar de que forma as pessoas representavam esta nova disciplina. Na sua investigação aplicou questionários, fez entrevistas a grupos sociais específicos e analisou o conteúdo da imprensa francesa (Afonso, 2003). Moscovici (1961, 1976) analisou especificamente três modalidades de comunicação associadas a três tipos de publicações: a difusão, a propagação e a propaganda (Ordaz & Vala, 1997).

Segundo Moscovici (1961, 1976, *in* Poeschl, 2003b), uma representação social é composta por três dimensões, designadamente, a informação, o campo de representação e a atitude. Estas dimensões variam de grupo para grupo. A informação consiste na soma de conhecimentos que um determinado grupo possui acerca de um determinado objecto social (Poeschl, 2003b, *in* Ribeiro, 2005). O campo de representação refere-se à organização e estruturação dos elementos que constituem a representação social, exemplo disso são as diferentes facetas de um objecto complexo. Por fim, a atitude corresponde à orientação global, em relação ao objecto da representação. Esta pode ser positiva ou negativa e manifesta-se por uma tomada de posição implícita ou explícita, perante o objecto da representação (Poeschl, 2003b, *in* Ribeiro, 2005).

Moscovici (1961, 1976) ao analisar a formação das representações sociais propõe dois processos, designadamente, a objectivação e a ancoragem (Poeschl, 2003b; Vala, 2006; Wagner *et al.*, 1999). Estes dois processos *“explicam o modo como o social transforma um conhecimento em representação e como essa representação transforma o social”* (Moscovici, 1961, 1976, *in* Ribeiro, 2005). Apesar de estes dois processos serem considerados como indissociáveis, habitualmente são estudados separadamente (Billig, 1993, *in* Breakwell & Canter, 1993).

O processo de objectivação *“refere-se ao processo de transformação do objecto da representação em algo concreto, à sua materialização”* (Costa, 2008, p. 12). Segundo Moscovici (1961, *in* Vala, 2006) objectivar significa num primeiro momento,

descobrir o aspecto icónico de uma ideia mal definida e, posteriormente, decidir e reproduzir o conceito numa imagem. Este processo permite “*compreender como, no senso comum, as palavras e os conceitos são transformados em coisas, em realidades exteriores aos indivíduos*” (Ribeiro, 2005, p. 28). Assim sendo, a objectivação é o mecanismo segundo o qual o conhecimento adquire uma forma concreta (Wagner *et al.*, 1999). Para que este processo seja conseguido Moscovici (1976, *in* Castro, 2002) propõe três etapas, respectivamente, a atenção selectiva, a esquematização estruturante e a naturalização.

Na atenção selectiva são seleccionados os elementos e as ideias que são elaboradas acerca do objecto social (Figueiredo, 2003). Esta selecção é feita tendo em conta os critérios culturais e normativos da própria sociedade (Figueiredo, 2003). Na esquematização estruturante efectua-se a organização dos elementos que foram anteriormente seleccionados, na fase de atenção selectiva (Figueiredo, 2003). Moscovici (1976, *in* Figueiredo, 2003) designou o resultado desta esquematização de “núcleo figurativo” e este núcleo funciona como elemento estruturante da representação. Na fase de naturalização, o núcleo figurativo permite tornar o que anteriormente era abstracto em algo concreto e o que anteriormente era percepção em realidade, através de imagens e metáforas (Vala, 1993, *in* Figueiredo, 2003).

O processo de ancoragem “*diz respeito à inserção da representação e do seu objecto no social*” (Costa, 2008, p. 12). Procura-se ancorar ideias estranhas reduzindo-as a categorias e imagens que são incluídas num contexto familiar (Ribeiro, 2005). Como refere Ribeiro (2005) para que possa ocorrer a construção ou tratamento de informação é necessário haver pontos de referência, na ancoragem. Este processo possibilita a transformação de um objecto social, num saber familiar (Ordaz & Vala, 1997), acessível a todos os indivíduos.

O processo de ancoragem permite a compreensão e interpretação do mundo e do “eu” dos indivíduos (Jodelet, 1984, *in* Ribeiro, 2005). Na ancoragem, as representações sociais são constituídas e transformam-se em categorias socialmente funcionais (Ordaz & Vala, 1997). Para que este processo possa ocorrer, Vergès (1989, *in* Figueiredo, 2003) propõe três etapas, respectivamente, a selecção, a conotação e a esquematização. Na fase de selecção são seleccionados os elementos organizadores da representação e estes são escolhidos em função da realidade social (Figueiredo, 2003). Na fase de conotação, o objecto social é reconstruído e transformado de acordo com as categorias com que se relaciona, existe portanto, a atribuição de significados aos elementos que

foram anteriormente seleccionados (Figueiredo, 2003). Por fim, a fase de esquematização consiste na organização do conteúdo da representação (Figueiredo, 2003).

Poeschl (2003b) afirma que as representações sociais ocorrem devido ao processo de comunicação e que diferentes modalidades de comunicação podem levar à formação de diferentes formas de representações. É através da troca de opiniões e de ideias entre os indivíduos que estes elaboram e formulam as suas representações sociais (Ribeiro, 2005). Estas representações contribuem para a formação dos comportamentos e guiam as várias comunicações sociais (Castro, 2002).

As representações sociais são formadas para dar resposta às relações sociais e desempenham funções específicas (Poeschl, 2003b). Segundo Moscovici (1976, *in* Vala, 2006, p. 483), *“as representações sociais constituem uma orientação para a acção na medida em que modelam e constituem os elementos do contexto em que um comportamento ocorre”*. Estas funcionam como orientadoras do comportamento, modelando e determinando as circunstâncias em que esse mesmo comportamento irá ocorrer (Figueiredo, 2003). Assim sendo, as representações adquirem a função de regulação da realidade social (Doise, 1990, *in* Figueiredo, 2003). As representações sociais permitem a diferenciação social (Afonso, 2003) e mudam em função das experiências dos sujeitos (Ribeiro, 2005). Como refere Poeschl (2003b), as representações sociais permitem a manutenção e/ou aquisição de uma identidade social positiva.

Segundo Costa (2008), as representações sociais estabelecem uma ordem social que possibilita aos indivíduos orientarem-se no mundo social, favorecendo também a comunicação entre os vários membros de uma comunidade (Afonso & Poeschl, 2005). Estas são utilizadas para criar matrizes de comunicação comuns entre os vários indivíduos (Poeschl, 2003b).

Na actualidade, a sociedade ainda se depara com muitas crenças relativas às diferenças entre os sexos e ao tipo de tarefas e de actividades que se julgam mais apropriadas para os homens e para as mulheres (Figueiredo, 2003). As representações de género continuam ainda hoje, a legitimar desigualdades no mercado de trabalho e, principalmente, no contexto familiar (Afonso & Poeschl, 2006; Poeschl, 2000; 2010).

## 1.2. Representações sociais de género

As representações sociais têm como principal objecto de estudo os conhecimentos do quotidiano (Moscovici, 1976, *in* Poeschl, 2003b). Pela sua relevância social, as questões de género encontram-se inseridas no quotidiano dos vários grupos sociais e, este facto conduz à construção de diferentes representações sociais, por parte dos diferentes grupos sociais. As representações de género funcionam como ponto de referência para os diferentes comportamentos sociais (Afonso & Poeschl, 2005).

Segundo Afonso (2003) o “ser homem” ou “ser mulher” não depende unicamente da sua categoria biológica. O género é uma construção social onde se evidenciam duas categorias distintas: o “masculino” e o “feminino” (Vicente, 1998, *in* Figueiredo, 2003; Alvim, 2006) e onde os diferentes indivíduos assumem determinados papéis, sendo estes papéis específicos à sua categoria sexual (Afonso, 2003). Os papéis de género englobam comportamentos, preferências e outras particularidades que são definidos culturalmente (Boso & Salvia, 2007). Sendo os papéis de género uma construção social, estes são fruto do (seu) tempo e do (seu) lugar (Oliveira, 2010). Como refere Richmond-Abbot (1992, *in* Afonso, 2003, p. 32), o papel de género “*resulta das expectativas socialmente construídas em relação ao comportamento de alguém do sexo masculino ou feminino*”, sendo este papel socialmente estereotipado (Oliveira, 2010).

Os estereótipos de género podem ser definidos como “*um conjunto de crenças, partilhadas dentro de uma mesma cultura, acerca dos atributos ou características que possuem homens e mulheres*” (Baron & Byrne, 1998, *in* Afonso, 2003, p. 32). Abarcam “*crenças sobre as características físicas, os traços de personalidade, os comportamentos ligados aos papéis sociais, as preferências profissionais, as competências específicas e as disposições emocionais*” (Deaux & LaFrance, 1998, *in* Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003, p. 216). A transmissão das expectativas tradicionais estereotipadas de género e dos seus papéis fomenta a manutenção das crenças sociais de género (Poeschl & Pinto, 2001, 2002). Estas expectativas de género funcionam como pressão social, uma vez que regulam os comportamentos das pessoas, transformando-os em normas sociais vigentes (Boso & Salvia, 2007).

A igualdade entre os sexos assenta no pressuposto que “*todos os seres humanos são livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e para fazer escolhas sem as*

*limitações estabelecidas pelos papéis de género socialmente estereotipados*” (Oliveira, 2010, p. 3). Segundo Oliveira (2010), a lei portuguesa garante que ambos os sexos devem ter as mesmas oportunidades e um acesso não discriminado, a áreas como: a educação, o trabalho, a política, a cultura e a vida familiar. A actual noção constitucional de família determina mesmo uma igualdade entre homens e mulheres (Vintém, 2008). Neste contexto, a legislação portuguesa consagra uma ideologia igualitária e não discriminatória, contudo, muito ainda tem que ser feito para a realização dessa ideologia igualitária (Alvim, 2006).

A família, sendo um sistema social, baseia-se no sexo e nas suas diferenças (Afonso, 2003). Nas sociedades contemporâneas observa-se que os papéis de género fundamentam a divisão desigual do trabalho familiar (Poeschl, 2008), reflectindo uma forte desigualdade (Afonso & Poeschl, 2005; Poeschl & Silva, 2001). Esta divisão de tarefas é apoiada por teorias desenvolvidas no século XIX (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003), que postulam que os homens possuem maiores capacidades intelectuais, enquanto que as mulheres possuem maiores qualidades emocionais (Poeschl, 2008).

Tendo em conta os diferentes papéis de género, no contexto familiar, é atribuído à mulher, o papel de cuidadora da casa e dos filhos, enquanto que o homem fica encarregue de fornecer o provimento das necessidades materiais da família através do exercício de uma actividade profissional remunerada (Allen & Hawkins, 1999; Lachance-Grzela & Bouchard, 2010). O núcleo familiar tem como principal objectivo estruturar as relações sociais e organizar as vidas dos indivíduos de forma a garantir que se cumpram funções como: a procriação, a protecção e a criação de novos seres humanos, permitindo a continuidade da Humanidade (Afonso, 2003).

Para que estas funções possam ocorrer, é necessário que se transmitam às gerações vindouras os diferentes papéis de género (Walters, Carter, Papp & Silverstein, 1988, *in* Afonso, 2003). O processo de socialização é essencialmente baseado nas questões de género, exercendo tendência em estereotipar os papéis sexuais (Walters *et al.*, 1988, *in* Afonso, 2003). A transmissão destes papéis de género possibilita a preparação dos adolescentes e jovens para os cargos e tarefas que provavelmente irão desempenhar na idade adulta (Eagly, 1987, *in* Figueiredo, 2003). Segundo Eagly (1987, *in* Afonso, 2003), os papéis de género, os papéis presentes na família e no trabalho influenciam os comportamentos dos indivíduos. Os comportamentos sociais são determinados pelos diferentes papéis e pela conformidade a esses mesmos papéis que são estipulados socialmente, para ambos os sexos (Figueiredo, 2003).

### *1.3. A divisão do trabalho familiar e as suas representações*

Ao longo dos tempos, as sociedades têm alterado as suas normas e os seus costumes e tais alterações tiveram repercussões nas rotinas familiares e na divisão dessas rotinas (Coltrane, 2000). A divisão do trabalho familiar baseia-se nos diferentes papéis de género (Afonso & Poeschl, 2005; Coltrane, 2009; Mintz & Mahalik, 1996; Poeschl & Serôdio, 1998). O trabalho familiar pode ser definido como sendo um trabalho não remunerado, realizado para assegurar o bem-estar da família e/ou da casa (Coltrane, 2000; Lachance-Grzela & Bouchard, 2010). Estimativas recentes sugerem que o número de horas empregues na realização das tarefas familiares, é o equivalente, ao número de horas despendidas num trabalho remunerado (Coltrane, 2000).

Nos últimos anos houve uma redução do tempo e da quantidade das tarefas familiares que, inicialmente, eram realizadas pelas mulheres (Coltrane, 2000; 2009). Os homens aumentaram, significativamente, a sua contribuição e o número de horas, contudo, a participação masculina continua a ser pouco significativa (Poeschl, 2000; 2003), opcional (Coltrane, 2000) e esporádica (Figueiredo, 2003; Mikula, 1998; Torres, Marques & Maciel, 2008). Deste modo, os homens contribuem com cerca de um terço, do total do trabalho que é realizado nas rotinas familiares (Coltrane, 2009; Figueiredo, 2003; Mikula, 1998). Segundo Wille (1995, *in* Poeschl *et al.*, 2006), as sociedades não encorajam os homens a assumirem, em prioridade, os seus papéis de pais e não os prepara para que eles desempenhem esse mesmo papel. Qualquer contributo masculino é encarado pelas mulheres como um favor que o homem presta à mulher (Afonso & Poeschl, 2006; Müller, 1998; Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002) e este aspecto parece continuar a contribuir para a manutenção das desigualdades sociais (Vandelac, 1983, *in* Poeschl & Silva, 2001).

Apesar do aumento do contributo masculino, ao longo dos tempos, é a mulher quem continua a realizar, maioritariamente, o trabalho familiar (Coltrane, 2010; Lachance-Grzela & Bouchard, 2010; Mickelson, Claffey & Williams, 2006; Poeschl & Silva, 2001). As mulheres encarregam-se de realizar as tarefas mais repetitivas e rotineiras e esta divisão é feita tendo por base os papéis de género (Mikula, 1998). Alguns estudos evidenciam que quando as mulheres se casam ou se tornam mães, estas despendem mais tempo na realização do trabalho familiar e o inverso acontece com os homens (Coltrane, 2010). Segundo a Comissão Europeia, em 2008, só 66% das

mulheres com filhos a cargo é que trabalhavam contra 92% dos homens. As mulheres assumem a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos como sendo uma obrigação sua (Allen & Hawkins, 1999; Mickelson, Claffey & Williams, 2006). Socialmente, as mulheres são consideradas como sendo as principais responsáveis pelo cuidar das crianças, assegurando assim, mais de metade do trabalho parental (Poeschl, 2010). Estas acções femininas são encaradas como expressões de maternidade (Coltrane, 2009).

Existem três teorias que são normalmente referidas para explicar a divisão das tarefas familiares (Afonso & Poeschl, 2006; Allen & Hawkins, 1999; Coltrane, 2000; Mikula, 1998; Poeschl, 2010). A *teoria dos recursos relativos* (a pessoa com mais rendimentos realizará menos o trabalho familiar); a *teoria da ideologia de género* (a menor participação masculina deve-se à ideologia tradicional de género) e a *teoria da disponibilidade de tempo* (o elemento do casal com mais tempo, realizará as tarefas).

As representações da divisão do trabalho familiar são consistentes com os dados recolhidos na investigação científica. Um estudo desenvolvido em Portugal, por Afonso (2003) mostra que, nessa representação, as mulheres participavam mais na realização das tarefas familiares do que os homens (ver também Coltrane, 2009; Mickelson, Claffey & Williams, 2006; Poeschl & Silva, 2001; Afonso & Poeschl, 2006). A evocação de uma situação de desemprego provocava a percepção de um aumento no grau de participação nas tarefas parentais e domésticas, por ambos os sexos, e uma diminuição do grau de participação nas decisões familiares do cônjuge desempregado (Afonso, 2003). Os resultados deste mesmo estudo mostram que, no que refere às razões evocadas para explicar os diferentes graus de desempenho dos cônjuges desempregados, os homens recorrem mais a explicações baseadas nas diferenças entre os sexos e na tradição do que as mulheres (Afonso, 2003). Os participantes consideram ainda que o homem valoriza mais o investimento profissional, através da indicação de uma atitude de procura de um novo emprego do que a mulher (Afonso, 2003).

A manutenção da divisão desigual do trabalho familiar integra várias perspectivas (Figueiredo, 2003). As práticas familiares são influenciadas por crenças relacionadas com as diferenças entre sexos (Poeschl & Silva, 2001), pelos papéis de género (Afonso & Poeschl, 2005; Mintz & Mahalik, 1996; Poeschl & Serôdio, 1998) e pelas suas expectativas normativas (Poeschl, 2000). Outras das perspectivas teóricas fundamentam-se no conceito de justiça e de satisfação (Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002), no conceito de poder na família (Kranichfeld, 1987; Poeschl, 2007) e no “*female gatekeeping*” (Poeschl, 2007).

#### *1.4. Perspectivas teóricas de explicação em relação à divisão desigual de tarefas entre cônjuges na esfera familiar*

Como já foi referido, a sociedade ocidental é defensora de uma ética igualitária (Poeschl & Silva, 2001; Patel, 2005) e um acesso não discriminado, a áreas como: a educação, o trabalho, a política, a cultura e a vida familiar (Oliveira, 2010). No entanto, no que toca à divisão das tarefas familiares, estas reflectem uma forte desigualdade (Afonso & Poeschl, 2005; Mikula, 1998; Poeschl, 2000; 2010; Poeschl & Serôdio, 1998). As desigualdades entre os sexos na família contribuem para a manutenção das posições assimétricas de homens e mulheres nas sociedades (Poeschl, 2007; 2010).

As explicações para a manutenção da divisão desigual das tarefas familiares assentam em várias perspectivas. Algumas das explicações fundamentam-se nos papéis de género (Afonso & Poeschl, 2005). Tendo por base os papéis de género é atribuído à mulher a execução das tarefas quotidianas (Figueiredo, 2003; Mikula, 1998), como o cuidar da roupa e preparar as refeições (Lachance-Grzela & Bouchard, 2010; Poeschl, 2007; 2010). Este tipo de tarefas é designado de tarefas “tipicamente femininas” (Antill, Goodnow, Russell & Cotton, 1996). As tarefas “tipicamente masculinas” consistem na reparação de objectos ou na manutenção do carro, sendo este tipo de tarefas de manutenção esporádicas e não rotineiras (Poeschl, 2010).

Outra explicação teórica para a divisão desigual das tarefas familiares baseia-se no conceito de justiça e no conceito de satisfação (Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002). O facto de as mulheres fazerem mais comparações intrasexuais e intergeracionais do que comparações intersexuais (Poeschl, 2000) permite que as mulheres sintam que a sua situação familiar é justa e satisfatória (ver também Baxter, 2000). A divisão desequilibrada de tarefas é encarada pelas mulheres como legítima, pois tende a ser vista como o resultado de um processo justo de divisão (Poeschl, 2010).

Existem ainda, perspectivas teóricas que apontam para a manutenção do poder feminino na esfera familiar (Müller, 1998; Poeschl, 2007). Segundo Müller (1998; Afonso, 2003; Poeschl, 2008), algumas mulheres assumiriam um papel activo na manutenção da divisão desigual das tarefas familiares porque assim manteriam o seu poder e o seu estatuto no seio familiar. Desta forma, o facto de tanto os homens como as mulheres aceitarem as desigualdades existentes no contexto familiar permite a manutenção da reprodução social de géneros e a reprodução da ordem social (Duveen & Lloyd, 1986, *in* Poeschl, 2000; Poeschl *et al.*, 2006).

#### 1.4.1. Explicações baseadas no conceito de justiça e de satisfação

O sentimento de justiça ou de injustiça, relativamente à divisão do trabalho doméstico e parental encontra-se intimamente relacionado com as práticas familiares e com as representações sociais que os indivíduos possuem face a esse domínio das suas vidas (Torres, Marques & Maciel, 2008).

Os dados de vários estudos referem que independentemente da forma como os cônjuges partilham o trabalho familiar, estes descrevem-no como sendo justo, equitativo e satisfatório (Baxter & Western, 1998, *in* Poeschl, 2010; Grote, Naylor & Clark, 2002, *in* Poeschl, 2007; Poeschl *et al.*, 2006; Roux, 1999, *in* Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002). A maior parte das mulheres considera justa a divisão do trabalho familiar mesmo que fiquem mais sobrecarregadas do que os homens (Baxter, 2000).

Um estudo realizado em Portugal Continental, por Torres, Silva, Monteiro, Cabrita e Jesus, em 2000, com uma amostra de 1700 homens e mulheres, com idades compreendidas entre os 20 e os 50 anos permitiu verificar que tanto os homens como as mulheres consideravam “justa” ou “muito justa” a divisão das tarefas domésticas e a divisão dos cuidados prestados às crianças (94% no caso dos homens e 78% nas mulheres, em relação à divisão das tarefas domésticas e, 75% no caso dos homens e 72% nas mulheres, em relação aos cuidados prestados às crianças).

Na avaliação do sentimento de injustiça, na divisão das tarefas domésticas, os resultados apresentavam percentagens muito baixas: 22% no caso das mulheres e 6% nos homens (Torres *et al.*, 2000). As mulheres consideram mais injusta a divisão de tarefas familiares do que os homens (Torres *et al.*, 2000). Este foi um resultado também obtido por outros estudos, exemplo disso é o estudo desenvolvido por Afonso (2003). Das mulheres que apresentavam sentimentos de injustiça predominavam as mulheres que trabalhavam profissionalmente ou que possuíam maiores níveis de instrução académica (Torres *et al.*, 2000). Estes resultados são consistentes com os dados habitualmente recolhidos na investigação científica. Assim sendo, apenas uma pequena percentagem das mulheres é que considera injusto o desequilíbrio existente na divisão das tarefas familiares (Afonso, 2003; Mikula, 1998; Poeschl, 2000; Poeschl & Seródio, 1998). Apesar desta divisão assimétrica de tarefas, ela é raramente geradora de conflitos no casal (Torres *et al.*, 2000).

A ausência de sentimentos de injustiça face à divisão desigual das tarefas no seio familiar suscitou várias explicações teóricas (Major, 1993; Mikula, 1998; Poeschl,

2010). Tendo por base o quadro teórico da justiça distributiva, os estudos realizados nesta área “*partiram do pressuposto de que os indivíduos avaliam os recursos trazidos e os benefícios recebidos, tanto nas relações conjugais como nos outros tipos de relações*” (Thibaut & Kelley, 1959, *in* Poeschl, 2010, p. 31). Este quadro teórico refere a existência de três regras principais para definir o que é justo e o que não o é: a *regra da equidade*, a *regra da igualdade* e a *regra da necessidade* (Kellerhals, Modak, & Perrenoud, 1997, *in* Poeschl, 2010).

A regra da equidade define que “*uma situação é percebida como justa quando cada elemento da relação recebe em proporção do que traz*” (Walster, Walster, & Berscheid, 1978, *in* Poeschl, 2010, p. 31). Segundo esta regra, os homens compensam a sua reduzida participação no trabalho doméstico e parental com outros recursos, sendo eles materiais ou simbólicos (Poeschl, 2010). Exemplo disso é o caso do trabalho remunerado, da educação e do prestígio social (Afonso & Poeschl, 2006). Como enuncia Poeschl (2010, p. 32), o “*valor subjectivo atribuído aos contributos e benefícios dos dois cônjuges permite considerar como justa uma situação que, objectivamente, não o é, e, conseqüentemente, encará-la como satisfatória.*”

A regra da igualdade considera que é “*justo que os benefícios sejam distribuídos igualmente, independentemente dos recursos trazidos*” (Poeschl, 2010, p. 31). Para Baxter e Western (1998, *in* Poeschl, 2010) esta regra é utilizada pelas jovens mulheres, com elevados níveis de educação, ou então, quando o trabalho feminino não é considerado uma actividade secundária para ambos os cônjuges (Roux, 1999, *in* Poeschl, 2010). Esta regra também é aplicada quando os homens não são tão relutantes em realizar as tarefas “*típicamente femininas*” e quando a divisão das tarefas familiares entre o casal é mais equilibrada (Kluwer & Mikula, 2002, *in* Poeschl, 2010).

A regra da necessidade afirma que é “*justo que cada um receba o que precisa, independentemente do que traz para a relação*” (Deutsch, 1975, *in* Poeschl, 2010, p. 31). Segundo esta regra o que importa é que os indivíduos sintam que as suas necessidades são satisfeitas (Poeschl, 2010). Para Murstein, Cerreto e MacDonald (1977, *in* Poeschl, 2010), a regra da necessidade é utilizada pelos casais onde existe um maior grau de ajustamento matrimonial, havendo um maior grau de satisfação na relação conjugal. Segundo Clark e Grote (2003, *in* Poeschl, 2010), das três regras, esta é considerada como sendo a mais ideal pelos cônjuges.

Foram propostas outras perspectivas teóricas para a falta do sentimento de injustiça na divisão das tarefas familiares. O modelo teórico de Major (1993) é um exemplo disso. As assunções deste modelo foram investigadas empiricamente por vários autores (Poeschl, 2010). Assim, verificou-se que, quando as mulheres consideram que a distribuição das tarefas familiares resulta de um procedimento justo, elas consideram as desigualdades existentes neste contexto legítimas (Poeschl, 2010; Roux, 1999, *in* Poeschl & Silva, 2001), ou que, a divisão das tarefas familiares é considerada como sendo mais justa quando existem negociações entre ambos os cônjuges (Kluwer, Heesink & Van de Vliert, 2002). Este facto resulta na percepção de fortes sentimentos de justiça e de satisfação entre os cônjuges (Lind, Kanfer & Early, 1990; Thibaut & Walker, 1975, *in* Kluwer, Heesink & Van de Vliert, 2002).

Verificou-se também que as mulheres fazem muitas vezes comparações intrasexuais, em vez de comparações intersexuais (Mikula, 1998; Poeschl, 2000). As mulheres comparam o seu desempenho com o desempenho das outras mulheres e comparam o desempenho do seu cônjuge com o desempenho dos cônjuges das outras mulheres (Afonso, 2003; Mikula, 1998). Fazem também, comparações intergeracionais em vez de comparações intersexuais, ou seja, as mulheres tendem a comparar o seu desempenho com o desempenho das mulheres da geração anterior, em vez de o comparam com o desempenho do seu cônjuge (Poeschl, 2000).

Outras das explicações teóricas fundamentam-se no facto de os homens e as mulheres possuírem diferentes noções de justiça (Gilligan, 1982, *in* Poeschl, 2000; 2010; Afonso, 2003). Contudo, esta perspectiva teórica não recolheu consenso nos diferentes estudos realizados (Poeschl, 2010).

Segundo a perspectiva de Müller (1998; Afonso, 2003; Poeschl, 2007; 2008), as mulheres poderiam adoptar um papel activo na manutenção da divisão tradicional das tarefas familiares. A manutenção dos papéis tradicionais de género, no contexto familiar, permite que as competências das mulheres sejam valorizadas (Allen & Hawkins, 1999), em vez de questionadas, como acontece no mercado de trabalho (Wille, 1995; Yogev, 1981, *in* Poeschl, 2008). Este aspecto poderia ser uma das justificações para o facto das mulheres considerarem a divisão tradicional das tarefas familiares justa, satisfatória e, desta forma, não estarem motivadas para alterar essa situação (Afonso & Poeschl, 2006; Müller, 1998). Estes padrões de comportamentos estão relacionados com o “*female gatekeeping*” (Poeschl, 2007).

#### 1.4.2. Explicações baseadas no conceito de poder na família

As perspectivas baseadas no conceito de justiça e de satisfação (Torres *et al.*, 2000; Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002) não são as únicas justificações para as desigualdades existentes na divisão das práticas familiares. O conceito de poder na família é outra das explicações teóricas para esta divisão assimétrica (Allen & Hawkins, 1999; Kranichfeld, 1987; Poeschl, 2000; 2007; Poeschl *et al.*, 2006).

Inicialmente, a investigação científica produzida acerca do conceito de poder na família estava centrada no processo de decisão (Poeschl, 2007). Contudo, para Kranichfeld (1987), o processo de decisão não é a única medida do poder na família. O processo decisório apenas apresenta alguns dos aspectos do poder conjugal (Kranichfeld, 1987; Kellerhals, Troutot, & Lazega, 1993, *in* Poeschl, 2007) e não evidência, por exemplo, as bases do poder ou as estratégias de poder utilizadas pelos cônjuges (Kranichfeld, 1987; Babcock, Waltz, Jacobsen, & Gottman, 1993, *in* Poeschl, 2007). Kranichfeld (1987) afirma ainda que algumas mulheres poderiam não estar interessadas em tomar certo tipo de decisões.

Para Poeschl (2003a) são vários os níveis de poder familiar, sendo o processo de decisão, apenas um desses níveis. Num estudo realizado em Portugal, acerca dos domínios de decisão evidenciou um maior domínio das mulheres no que concerne às decisões relativas aos filhos e à casa, enquanto que os homens manteriam a sua autoridade, em áreas como, a gestão do orçamento familiar e o lazer (Poeschl, 2000). Estes resultados apontam para uma visão tradicional dos papéis de género, estando de acordo com os resultados de outros estudos internacionais (Poeschl, 2000).

Lukes (1974, *in* Poeschl, 2007) afirma que no poder conjugal se distinguem três tipos de poder, designadamente, o *poder latente*, o *poder invisível* e o *poder manifesto*. O *poder manifesto* é observado nos resultados do processo decisório, bem como nos conflitos emergentes; o *poder latente* impede a emergência de conflitos, evita as tentativas de mudança e produz a resignação; por fim, o *poder invisível* é baseado em construções ideológicas que sustentam algum tipo de dominação (Poeschl, 2007).

O poder invisível poderá explicar os resultados inconsistentes obtidos na investigação científica centrada nos rendimentos económicos dos cônjuges (Poeschl, 2007). Os estudos apontam para a existência de uma relação entre o poder económico e as tomadas de decisão para o caso dos maridos, mas não para o caso das esposas (Poeschl, 2007). Para alguns autores, quando as mulheres e os homens possuem salários

idênticos, os homens tendem a partilhar mais as tarefas familiares (Coltrane, 2000). Outros autores referem que devido ao facto de as mulheres ganharem mais faz com que elas se envolvam mais na realização do trabalho familiar, enquanto que os homens participam menos (Kitterod & Pettersen, 2006, *in* Poeschl, 2010). Para justificar esta situação, alguns autores apontam para uma internalização das explicações de género e uma crença nessas ideologias (Poeschl, 2010). Assim, as mulheres ao executarem o trabalho doméstico demonstrariam a sua feminilidade (Poeschl, 2007), enquanto que os homens, por sua vez, ao não executarem as tarefas familiares demonstrariam a sua masculinidade (West & Zimmermann, 1987, *in* Poeschl, 2010). Assim, a manutenção da autoridade masculina na família poderia ser explicada pelo facto de os homens possuírem mais poder na sociedade em geral (Poeschl, 2007), bem como, pela existência de expectativas generalizadas que homens detenham mais poder (Felmlee; 1994, *in* Poeschl & Silva, 2001; Poeschl, 2003a). Numa relação na qual o homem não dominasse, esta seria menos aceite socialmente e menos satisfatória para o casal (Felmlee; 1994, *in* Poeschl, 2000). Neste sentido, os homens seriam desaprovados, socialmente, se não fossem os “chefes de família” (Poeschl *et al.*, 2006). Tanto os homens como as mulheres estão relutantes em considerar estas últimas, como sendo os principais “chefes de família” (Deutsch, Roksa & Meeske, 2003, *in* Poeschl, 2007).

Para além do processo de decisão e dos rendimentos económicos dos cônjuges, o poder advindo da relação entre pais e filhos é um importante factor de medida do poder na família (Kranichfeld, 1987). Mediante as interacções familiares, as mulheres influenciam e modelam os comportamentos de várias gerações (Kranichfeld, 1987). Na dinâmica familiar, as mulheres desempenham um lugar central (Poeschl, 2007), devido ao cuidado que prestam aos membros da família desde o nascimento até à morte (Kranichfeld, 1987). Existe, principalmente, por parte das mulheres um elevado investimento e estabelecimento de fortes relações emocionais (Kranichfeld, 1987).

Alguns estudos demonstraram que as mulheres dedicam mais tempo do que os homens à realização do “trabalho emocional” (Poeschl, 2010). As mulheres estão mais dispostas do que os homens em exprimir preocupação ou demonstrar afectos pelos outros membros da família (Poeschl, 2010). Geralmente, são as mulheres que se encarregam da realização do “trabalho relacional” (Poeschl, 2003a; 2010). O trabalho relacional é necessário para a criação e a manutenção das relações na rede familiar e parental (Smock & Noonan, 2005, *in* Poeschl, 2010) ou com os serviços públicos ou com os serviços privados (Poeschl, 2000; 2003; Poeschl *et al.*, 2006).

Em suma, foram várias as definições apresentadas para o conceito de poder na família. Para Kranichfeld (1987) o conceito de poder tem sido masculinizado e visto segundo uma perspectiva macro, uma vez que os investigadores partem do princípio que o poder na família consiste apenas na aquisição de competências, recursos e estatutos fora do contexto familiar, em vez de assumirem a aquisição de competências para o relacionamento com os outros elementos dentro da família. Para esta autora, o poder na família consiste na capacidade de um ou vários membros da família alterarem os comportamentos, pensamentos e afectos dos outros elementos do agregado familiar (Kranichfeld, 1987). Este tipo de poder reflecte as propriedades do sistema familiar, envolve as suas diferentes relações e manifesta-se através de processo de influência que pode ser intencional ou não.

Nesta perspectiva, a manutenção das práticas familiares tradicionais, por parte das mulheres, poderia de certo modo proporcionar-lhes a ilusão de que estas detêm poder não só dentro da família, mas também, na sociedade (Pleck, 1985; Larson, Richards & Perry-Jenkins, 1994; Ferree, 1999; Poeschl, 2003a; Poeschl, Múrias & Costa, 2004, *in* Afonso & Poeschl, 2006; Poeschl et al., 2006). Assim, e segundo a perspectiva de alguns autores, para preservar o seu poder no seio familiar, algumas mulheres inibem e resistem a uma maior participação masculina no trabalho familiar, sendo esse fenómeno designado de “*female gatekeeping*” (Poeschl, 2007).

#### *1.4.2.1. Female gatekeeping*

A divisão do trabalho familiar parece ser regida pelas normas sociais dominantes (Mikula, 1998) que orientam a forma como os indivíduos se devem comportar (Poeschl, 2008). A manutenção da organização familiar tradicional sugere que as mulheres não se sentem motivadas para instaurar a mesma igualdade em casa como aconteceu no mercado de trabalho (Poeschl *et al.*, 2006), o que poderia explicar, por sua vez, que elas considerem justa e satisfatória essa organização (Afonso & Poeschl, 2006; Müller, 1998; Poeschl, 2008). A motivação para manter as práticas familiares poderia explicar porque é que as mulheres se encontram dispostas a acreditar, tal como fazem os homens, na existência de diferenças naturais entre os sexos (Afonso & Poeschl, 2006).

O contributo das mulheres para a manutenção das desigualdades existentes na família foi objecto de vários estudos (Poeschl, 2003a; 2010). Segundo alguns autores, as

mulheres poderiam estar motivadas para manter a divisão tradicional de tarefas (Poeschl *et al.*, 2006) porque isso fazia com que homens fossem mais dependentes delas (Afonso & Poeschl, 2006; Müller, 1998; Poeschl *et al.*, 2006). Assim, e como já foi referido, estes comportamentos criavam nas mulheres a ilusão de que estas detinham poder não só na família, mas também, na sociedade em geral (Pleck, 1985; Larson, Richards & Perry-Jenkins, 1994; Ferree, 1999; Poeschl, Múrias & Costa, 2004, *in* Afonso & Poeschl, 2006; Poeschl *et al.*, 2006). Segundo a perspectiva de alguns autores, o menosprezo das mulheres pelos homens exprimia-se em privado, enquanto que o dos homens se exprimia na esfera pública (Müller, 1998; Poeschl, 2003a). Para isso, as mulheres utilizariam estratégias como a infantilização dos homens em casa (Müller, 1998; Poeschl, 2003a; 2007; Poeschl *et al.*, 2006). Estas estratégias permitiram que as mulheres protegessem o poder que detêm na família e a manutenção da especialização de género no contexto familiar (Allen & Hawkins, 1999).

No seu artigo, Allen e Hawkins (1999) definem, especificamente, o conceito de “*maternal gatekeeping*”. Este conceito foi delineado na construção social de género e consiste num conjunto de crenças e comportamentos que inibem o trabalho familiar colaborativo entre homens e mulheres (Allen & Hawkins, 1999). Este fenómeno não é restritivo às mulheres, pois alguns homens também bloqueiam a sua participação nos vários domínios da vida familiar (Allen & Hawkins, 1999). O “*maternal gatekeeping*” é constituído por três dimensões, respectivamente, a relutância das mulheres em abandonarem a responsabilidade acerca dos assuntos familiares devido aos seus elevados padrões; a validação externa da identidade feminina e o facto de as mulheres possuírem diferentes concepções acerca dos vários papéis familiares que devem ser desempenhados pelos membros da família (Allen & Hawkins, 1999).

A dimensão, “padrões e responsabilidade”, abarca um conjunto de padrões e competências familiares. As mulheres assumem o cuidar da casa e dos filhos como sendo uma responsabilidade sua (Allen & Hawkins, 1999; Mickelson, Claffey & Williams, 2006). Com estes comportamentos, as mulheres influenciam o envolvimento masculino porque controlam e escolhem as tarefas que os homens e os restantes elementos da família podem ou não fazer (Allen & Hawkins, 1999; Fagan & Barnett, 2003, *in* Poeschl, 2007). As crenças e os comportamentos das mulheres acerca do envolvimento masculino interferem com o seu contributo no trabalho familiar (Allen & Hawkins, 1999). Muitos homens gostariam de aumentar o montante de horas

dispendidas nos cuidados com os filhos e com a casa, mas existem muitas barreiras que interferem com o trabalho colaborativo dos cônjuges (Allen & Hawkins, 1999).

A segunda dimensão, “identidade feminina”, evidencia a importância da internalização das explicações de género (Allen & Hawkins, 1999). Segundo vários autores, as mulheres ao executarem o trabalho familiar comprovam a sua feminilidade (Allen & Hawkins, 1999; Poeschl, 2007) e, socialmente, as mulheres são identificadas como as principais cuidadoras da casa (Allen & Hawkins, 1999) e dos filhos (Poeschl, 2010). O cuidar dos outros é uma fonte primária de satisfação e de validação externa do papel maternal (Allen & Hawkins, 1999). Neste sentido, o envolvimento masculino seria uma ameaça à forma como as mulheres validam a sua identidade feminina. As mulheres ao executarem as tarefas familiares mostram para elas próprias e às outras pessoas que são boas mães e boas donas de casa (Allen & Hawkins, 1999). O seu trabalho é apreciado pelos vários membros da família, fazendo com que as mulheres se sintam competentes (Poeschl, 2007) e valorizadas.

A dimensão, “papéis familiares diferenciados”, inclui um conjunto de concepções acerca da natureza e divisão do trabalho familiar (Allen & Hawkins, 1999). Estas concepções interferem nas expectativas pessoais da mulher de como é que as tarefas familiares devem ser divididas na sua própria casa. Estes papéis familiares evidenciam uma divisão clara das tarefas e reflectem as distintas esferas de influência e de poder na família (Allen & Hawkins, 1999). Segundo Antill e colaboradores (1996), o incentivo dos pais para a realização das tarefas masculinas e/ou femininas resultaria num aumento do desempenho das crianças nessas mesmas tarefas.

### *1.5. Objectivos e hipóteses do estudo empírico*

O presente trabalho teve como principal objectivo perceber o impacto das representações sociais de género nas práticas familiares, mais precisamente procurou perceber o porquê da manutenção da organização tradicional familiar (Poeschl, 2000) e o porquê de algumas mulheres resistirem a um maior envolvimento dos homens nas tarefas familiares (Poeschl, 2007). Este trabalho seguiu a orientação conceptual do Modelo Teórico das Representações Sociais, proposto por Moscovici (1961, 1976), que defende que as teorias formadas pelos indivíduos justificam e contribuem para manter

as práticas sociais (Poeschl, 2010, por exemplo). Foram formuladas três hipóteses, com base no referencial teórico apresentado anteriormente.

Segundo alguns autores, é a mulher quem continua a realizar, maioritariamente, o trabalho familiar (Coltrane, 2010; Lachance-Grzela & Bouchard, 2010; Mickelson, Claffey & Williams, 2006; Poeschl & Silva, 2001), apesar de o homem ter aumentado significativamente o seu contributo ao longo dos últimos tempos. Sendo assim, prevemos que:

**Hipótese 1:** Os homens e as mulheres possuem a percepção que as mulheres trabalham mais nas tarefas domésticas e parentais do que os homens.

Segundo Allen e Hawkins (1999), as mulheres consideradas “*gatekeepers*” realizam cinco horas a mais por semana do trabalho familiar e existe uma divisão mais desigual do trabalho familiar, quando comparadas com as mulheres classificadas de “*collaborators*” por estes dois autores. Portanto, esperamos que:

**Hipótese 2:** As mulheres que são mais “*gatekeepers*” trabalham mais nas tarefas parentais e domésticas.

Os dados de vários estudos referem que independentemente da forma como os cônjuges partilham o trabalho familiar, estes descrevem-no como sendo justo, equitativo e satisfatório (Baxter & Western, 1998, *in* Poeschl, 2010; Grote, Naylor & Clark, 2002, *in* Poeschl, 2007; Poeschl *et al.*, 2006; Roux, 1999, *in* Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002). Contudo, segundo Torres e colaboradores (2000), as mulheres consideram mais injusta a divisão tradicional de tarefas familiares do que os homens. Por isso, prevemos que:

**Hipótese 3:** Os homens possuem a percepção que a divisão das tarefas familiares é mais justa e satisfatória do que as mulheres.

## Capítulo II. Metodologia

Tendo por base os pressupostos teóricos expostos anteriormente, seguidamente, será apresentada a forma como é que os mesmos foram operacionalizados empiricamente.

No presente capítulo, dividido em quadro secções, são descritos os aspectos metodológicos adoptados no estudo empírico, respectivamente, a descrição da amostra (secção 2.1.), a descrição do questionário que foi entregue aos participantes (secção 2.2.), o procedimento utilizado para a recolha (secção 2.3.) e a análise dos dados recolhidos (secção 2.4.).

### *2.1. Amostra*

A amostra deste estudo é constituída por 172 participantes de ambos os sexos (50.0% homens e 50.0% mulheres). A idade dos participantes varia entre os 21 anos e os 71 anos, sendo a média etária de 45 anos ( $M=45.26$ ;  $DP= 10.54$ ). Relativamente às habilitações literárias, 24.4% dos inquiridos possuem até ao 4º ano de escolaridade, 14.0% até ao 6º ano, 23.8% até ao 9º ano, 23.8% possuem o ensino secundário, por fim, 14.0% dos participantes possuem habilitações superiores. Quanto à religião, 89.5% dos participantes assumem-se como católicos, sendo que 42.4% são “praticantes” e 47.1% são “não praticantes”, 8.7% dos participantes declaram-se “sem religião”, 1.2% assumem-se como sendo de outra religião e 1 dos participantes não referiu a sua tendência religiosa. Quanto à tendência política, 32.0% dos inquiridos identificam-se com a “esquerda”, 11.6% com o “centro”, 18.0% com a “direita”, 36.0% não manifestam tendências políticas e 4 dos participantes não reponderam a este item do questionário. Relativamente à nacionalidade, 99.4% dos inquiridos são portugueses e 0.6% são de outra nacionalidade.

Quanto ao estado civil, 86.0% dos participantes são casados, 12.8% vivem em união de facto e 1.2% assumem-se como sendo casados mais de que uma vez. O número de anos de casamento varia entre 1 e 49 anos, sendo a média de 20 anos ( $M=20.08$ ;  $DP=10.82$ ). Quanto ao número de filhos, 47.7% têm um filho, 42.4% têm dois filhos, 6.4% têm três filhos e 3.5% têm mais do que três filhos.

## 2.2. Questionário

Como instrumento de recolha de dados foi utilizado um questionário, com duas versões idênticas, uma versão masculina (cf. Anexo 1) e uma versão feminina (cf. Anexo 2). A primeira página do questionário era constituída por informações relativas à investigação e à recolha de dados sócio-demográficos.

O questionário era constituído por três grandes grupos de itens. O primeiro grupo era composto por um conjunto de tarefas e decisões, onde os respondentes teriam que avaliar, em percentagem, o seu grau de participação e o grau de participação do seu cônjuge<sup>1</sup> (numa escala de 0 a 100%). Esta escala é constituída por seis itens referentes às tarefas domésticas que são os seguintes: “lavar a roupa”; “aspirar ou varrer a casa”; “preparar as refeições”; “limpar o pó”; “lavar a loiça” e “passar a ferro”. Os itens referentes às tarefas parentais são seis e são os seguintes: “pôr as crianças na cama”; “falar com os filhos sobre os seus problemas”; “dar de biberão ao bebé”; “embalar o bebé”; “brincar com as crianças” e “ajudar os filhos nos deveres da escola”. Os itens referentes às tarefas masculinas são seis e são os seguintes: “substituir a bilha de gás”; “cuidar dos animais de estimação”; “buscar o correio”; “lavar o carro”; “arranjar as instalações eléctricas” e “tratar dos assuntos bancários”. Por fim, haviam seis tarefas de decisão referentes ao contexto familiar, três relacionadas com o lar e os filhos: “escolher o número de filhos desejados”; “escolher uma escola para os filhos” e “organizar os tempos livres” e três relacionadas com o orçamento e lazer: “comprar um carro”; “fixar o orçamento das férias” e “escolher o programa de televisão”. Os itens foram retirados dos estudos desenvolvidos por Poeschl, Múrias, Costa e Silva (2001, 2002) e por Afonso e Poeschl (2006).

O segundo grupo era constituído por duas dimensões da escala referente ao “*maternal gatekeeping*” (Allen & Hawkins, 1999). Foi feita a tradução para português dos onze itens dessa escala e a sua adaptação para a versão masculina. A primeira dimensão, “padrões e responsabilidade” é composta pelos os cinco seguintes itens: “frequentemente refaço algumas tarefas domésticas que o meu marido não fez bem”; “é muito difícil ensinar aos membros da família as competências necessárias para fazer bem as tarefas, por isso prefiro fazê-las eu mesma”; “o meu marido não sabe bem como

---

<sup>1</sup> Deviam, ainda, indicar o grau de participação de uma “outra pessoa”. Contudo, devido ao fraco número de respostas recolhidas, não contemplamos esta informação.

fazer muitas das tarefas domésticas, por isso é mais fácil se for eu a fazê-las”; “tenho padrões mais elevados do que o meu marido no que toca aos cuidados a ter com a casa”; “gosto de ser eu a mandar no que toca às responsabilidades domésticas”. Os quatro seguintes itens, que se referem à dimensão “confirmação da identidade maternal”, são os seguintes: “ficaria envergonhada se aparecessem visitas inesperadamente e a nossa casa estivesse desarrumada”; “quando os nossos filhos estão bem arranjados em público sinto-me ainda mais orgulhosa deles”; “eu sei que as pessoas me julgam sobre ser uma boa esposa/mãe a partir da forma como cuido da casa e dos filhos” e “preocupo-me com o que os nossos vizinhos, família alargada e amigos pensam sobre a maneira como desempenho as minhas tarefas domésticas”. Os inquiridos eram convidados a exprimir o seu grau de acordo e desacordo, através de uma escala de tipo *Likert* com 5 pontos (1=nada a ver comigo; 2=um pouco a ver comigo; 3=como eu; 4=muito a ver comigo e 5=tudo a ver comigo).

O terceiro grupo era constituído pelos dois itens referentes à terceira dimensão da escala de Allen e Hawkins (1999), “diferenciação dos papéis”, que são os seguintes: “a maioria das mulheres gosta de cuidar das suas casas e os homens simplesmente não gostam dessas coisas” e “por muitas razões, é mais difícil para os homens do que para as mulheres fazer o trabalho doméstico e cuidar dos filhos”. Havia ainda, neste grupo, quatro itens referentes à crença nas diferenças entre os sexos: “os homens e as mulheres têm competências diferentes”; “há diferenças psico-fisiológicas entre homens e mulheres”; “há actividades que correspondem mais às capacidades dos homens ou das mulheres” e “há actividades mais apropriadas para a mulher e outras mais adequadas para o homem” (Afonso & Poeschl, 2006). Por fim, havia seis itens referentes ao conceito de justiça e satisfação: “na nossa situação, pode-se considerar a repartição das tarefas como justa”; “a minha participação nas tarefas domésticas dá-me satisfação”; “acho que a minha participação nas tarefas familiares é justa”; “acho que o meu marido considera a sua participação nas tarefas familiares como sendo justa”, “na nossa situação, pode-se considerar a repartição de tarefas como satisfatória” e “acho que o meu marido considera a sua participação nas tarefas familiares como sendo satisfatória” (Afonso & Poeschl, 2006). Os inquiridos eram convidados a exprimir o seu grau de acordo, através de uma escala de tipo *Likert* com 7 pontos (1=discordo totalmente; 2=discordo bastante; 3=discordo um pouco; 4=não discordo nem concordo; 5=concordo um pouco; 6=concordo bastante e 7=concordo totalmente).

### 2.3. Procedimento

Para se seleccionar uma amostra que pudesse servir os objectivos do presente estudo houve a necessidade de contactar um número elevado de participantes e que estes fossem distribuídos, equitativamente, de acordo com o seu sexo. Todos os participantes foram interrogados individualmente ou em pequenos grupos.

Houve a necessidade de excluir alguns participantes, um total de 37, pois os mesmos não correspondiam aos requisitos do presente estudo, isto porque, no momento da recolha dos dados estes participantes não tinham filhos.

### 2.4. Análise dos dados

Para uma melhor análise e compreensão dos resultados obtidos optou-se por criar novas variáveis que agrupassem os vários itens do questionário. Desta forma, foram criadas oito novas escalas que agrupam, respectivamente, as tarefas domésticas, ditas “femininas”, as tarefas de manutenção, ditas “masculinas”, as tarefas parentais e as decisões familiares, desempenhadas por cada um dos dois cônjuges (Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002; Afonso & Poeschl, 2006). Os valores de *alpha* de Cronbach de todas as escalas apresentam um valor satisfatório ou elevado.

Foi aplicada uma análise factorial em componentes principais com rotação *varimax* sobre os onze itens referentes ao “*maternal gatekeeping*” (Allen & Hawkins, 1999), que repartiu os itens sobre dois factores. Os itens foram agrupados em duas novas escalas: “padrões e responsabilidade” e “identidade feminina”, com um valor de *alpha* de Cronbach elevado. Por fim, foram criadas duas escalas com base na literatura existente (Afonso & Poeschl, 2006), respectivamente, “crença nas diferenças entre os sexos” e “justiça e satisfação”, face à divisão das tarefas familiares. Estes itens apresentam valores de *alpha* de Cronbach satisfatório ou elevado.

Posteriormente, para se averiguar a existência de diferenças entre as respostas dadas pelos respondentes femininos e as dos respondentes masculinos recorreu-se a testes de *t* de Student para amostras emparelhadas e para amostras independentes. Após estas análises procedeu-se ao cálculo dos coeficientes de correlação *r* de Pearson para averiguar a existência de correlações entre as diversas variáveis deste estudo.

## Capítulo III. Resultados e Discussão

Este capítulo apresenta os resultados do estudo empírico e está dividido em três secções. Na primeira secção (3.1.), designada de “práticas familiares”, procurou-se analisar e avaliar a existência de eventuais diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito à organização e divisão das tarefas familiares (Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002; Afonso & Poeschl, 2006).

Na segunda secção (3.2.), designada de “identidade feminina, padrões e responsabilidade” procurou-se averiguar a existência de eventuais diferenças entre homens e mulheres referentes à associação entre o trabalho doméstico e feminilidade (identidade feminina) e à crença acerca da responsabilidade feminina pelo trabalho familiar (padrões e responsabilidade), dimensões propostas por Allen e Hawkins (1999).

Por fim, na terceira secção (3.3.) procurou-se ainda, analisar o efeito do sexo dos respondentes relativamente à crença nas diferenças entre sexos e ao sentimento de justiça e de satisfação com a divisão das tarefas familiares (Afonso & Poeschl, 2006), bem como a relação destas variáveis com todas as outras anteriores.

### 3.1. Práticas familiares

No questionário que foi aplicado aos respondentes, estes teriam que se pronunciar acerca do seu grau de participação e o grau de participação do seu cônjuge (numa escala de 0 a 100%), em cada uma de seis tarefas domésticas, parentais, masculinas e de decisão.

As tarefas familiares foram agrupadas em quatro dimensões sendo a sua consistência interna satisfatória. Os valores do *alpha* de *Cronbach*, em função do sexo do cônjuge que desempenha as tarefas familiares são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Valores de *alpha* de *Cronbach* para as quatro dimensões das práticas familiares.

Escala	Número de Itens	<i>Alpha</i> de <i>Cronbach</i>	
		Desempenho Feminino	Desempenho Masculino
Tarefas Domésticas	6	0.79	0.77

Tarefas Parentais	6	0.73	0.72
Tarefas Masculinas	6	0.58	0.58
Tarefas de Decisão	6	0.64	0.62

Foram realizados testes do *t* de *Student* para amostras emparelhadas, no sentido de se comparar as médias das variáveis para se averiguar a existência diferenças no grau de participação dos homens e das mulheres nos diferentes tipos de tarefas. Os resultados da análise encontram-se apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – *Percentagens de participação dos homens e mulheres nas diferentes tarefas familiares. Teste de t de Student.*

	Homens (N=172) Média (D.P.)	Mulheres (N=172) Média (D.P.)	t (171)
Tarefas Domésticas	15.10 (13.57)	78.50 (18.88)	29.47***
Tarefas Parentais	35.26 (15.62)	62.98 (16.63)	13.46***
Tarefas Masculinas	61.04 (20.42)	30.06 (16.99)	-12.18***
Tarefas de Decisão	47.29 (13.90)	50.15 (14.14)	1.60

\*\*\*p<0.001

Analisando o Quadro 2 verifica-se que existem diferenças estatisticamente significativas ao nível das tarefas domésticas ( $t(171) = 29.47, p < 0.001$ ), das tarefas parentais ( $t(171) = 13.46, p < 0.001$ ) e das tarefas masculinas ( $t(171) = -12.18, p < 0.001$ ). Verifica-se também que não existem diferenças estatisticamente significativas ao nível das tarefas de decisão ( $t(171) = 1.60, ns.$ ). Estes resultados indicam que as mulheres participam mais do que os homens nas tarefas domésticas e parentais, enquanto que os homens contribuem mais do que as mulheres para a realização das tarefas masculinas.

A Hipótese 1 é verificada como correcta, uma vez que os homens e as mulheres possuem a percepção que as mulheres trabalham mais nas tarefas domésticas (M= 78.50; DP=18.88) e parentais (M= 62.98; DP=16.63) quando comparadas com os homens (M= 15.10; DP= 13.57 para o caso das tarefas domésticas e M= 35.26; DP= 15.62 para as tarefas parentais).

Estes resultados vêm confirmar a fraca participação dos homens na realização das tarefas domésticas e parentais, um resultado também obtido por Poeschl (2000), para o caso das tarefas domésticas. Eles sugerem que relativamente às tarefas parentais, as mulheres são consideradas como sendo as principais responsáveis pelo cuidar das crianças (Poeschl, 2010). Parece que, e como referem vários autores, as mulheres assumem o dever de cuidar da casa e dos filhos como sendo uma obrigação sua (Allen & Hawkins, 1999; Mickelson, Claffey & Williams, 2006).

Posteriormente, foram realizados testes do *t* de *Student* para amostras independentes, no sentido de se comparar as médias das variáveis para se saber se o sexo dos respondentes influenciava a sua percepção quanto ao grau de participação dos respondentes e dos seus cônjuges nas práticas familiares. Os resultados da análise encontram-se apresentados no Quadro 3.

Quadro 3 – *Percentagens de participação dos homens e mulheres nas diferentes práticas familiares, em função do sexo dos respondentes. Teste de t de Student.*

	Homens (N=86) Média (D.P.)	Mulheres (N=86) Média (D.P.)	t (170)
Tarefas Domésticas desempenhadas pelas mulheres	77.70 (16.76)	79.30 (20.85)	-0.55
Tarefas Parentais desempenhadas pelas mulheres	59.29 (16.71)	66.66 (15.81)	-2.97**
Tarefas Masculinas desempenhadas pelas mulheres	26.77 (17.35)	33.36 (16.06)	-2.59*
Tarefas de Decisão desempenhadas pelas mulheres	47.31 (14.39)	52.99 (13.36)	-2.69**
Tarefas Domésticas desempenhadas pelos homens	18.49 (13.76)	11.71 (12.57)	3.38***
Tarefas Parentais desempenhadas pelos homens	38.29 (13.74)	32.23 (16.84)	2.59**
Tarefas Masculinas desempenhadas pelos homens	66.82 (19.13)	55.26 (20.13)	3.86***
Tarefas de Decisão desempenhadas pelas pelos homens	47.77 (13.27)	46.80 (14.57)	0.46

\*p<0.05; \*\*p<0.01; \*\*\*p<0.001

Analisando o Quadro 3 verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres ao nível da avaliação das tarefas domésticas

desempenhadas pelas mulheres ( $t(170) = -0.55, ns.$ ) e ao nível das tarefas de decisão desempenhadas pelos homens ( $t(170) = 0.46, ns.$ ). Nos outros valores verifica-se que as restantes práticas familiares diferem entre si estatisticamente, quando comparadas as respostas dos homens com as das mulheres. Assim sendo, observa-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres ao nível, das tarefas parentais ( $t(170) = -2.97, p < 0.01$ ), das tarefas masculinas ( $t(170) = -2.59, p < 0.05$ ) e das tarefas de decisão ( $t(170) = -2.69, p < 0.01$ ), desempenhadas pelas mulheres. A percentagem média de participação do sexo feminino, nas diferentes práticas familiares, é considerada maior pelas mulheres do que pelos homens.

No caso das tarefas desempenhadas pelos homens também se verificam diferenças estatisticamente significativas ao nível das tarefas domésticas ( $t(170) = 3.38, p < 0.001$ ), das tarefas parentais ( $t(170) = 2.59, p < 0.01$ ) e das tarefas masculinas ( $t(170) = 3.86, p < 0.001$ ). A percentagem média de participação do sexo masculino, nas diferentes práticas familiares, é considerada maior pelos homens do que pelas mulheres.

Quando existem diferenças, os respondentes atribuem a si próprios percentagens de participação mais elevadas, nas diferentes tarefas domésticas, parentais, masculinas e de decisão, do que as percentagens de participação que atribuem aos seus cônjuges.

### 3.2. *Identidade feminina, padrões e responsabilidade*

A análise factorial em componentes principais aplicada aos onze itens da escala do “*maternal gatekeeping*” de Allen e Hawkins (1999) extraiu dois factores principais com valor próprio igual ou superior a um que explicam, no seu conjunto, 50.62% da variância total. Os factores extraídos foram denominados de: “padrões e responsabilidade” (Factor 1) e “identidade feminina” (Factor 2). O Quadro 4 apresenta a composição dos dois factores encontrados após rotação *varimax*, bem como, a média e respectivo desvio-padrão das respostas para cada um dos itens.

Como se pode verificar no Quadro 4, o factor 1, padrões e responsabilidade, explica 39.19% da variância. Este factor integra um conjunto de comportamentos e crenças femininas relativamente à realização das tarefas familiares.

O factor 2, denominado de identidade feminina, explica 11.43% da variância. Este factor integra um conjunto de sentimentos e preocupações, por parte da mulher, face ao seu desempenho nas actividades domésticas e parentais. Retrata a preocupação

demonstrada pela mulher no que respeita a avaliação que as outras pessoas, como por exemplo, amigos e vizinhos fazem acerca do seu desempenho nestas actividades.

Os dois itens que apresentam níveis de saturação mais elevado, acima de 0.80, é o item, “tenho padrões mais elevados do que o meu marido (a minha mulher tem padrões mais elevados do que eu) no que toca aos cuidados a ter com a casa” e o item “eu sei que as pessoas me julgam (a minha mulher acha que as pessoas a julgam) sobre ser uma boa esposa/mãe a partir da forma como cuido da casa e dos filhos”.

Quadro 4 – *Estrutura factorial dos itens (versão feminina) após rotação varimax, média e desvio-padrão.*

Itens	Saturação	Média	D.P.
<b>Factor 1: Padrões e Responsabilidade (39.19%)</b>			
Tenho padrões mais elevados do que o meu marido no que toca aos cuidados a ter com a casa.	0.81	3.54	1.40
O meu marido não sabe bem como fazer muitas das tarefas domésticas, por isso é mais fácil se for eu a fazê-las.	0.78	3.07	1.51
Gosto de ser eu a mandar no que toca às responsabilidades domésticas.	0.69	3.34	1.55
É muito difícil ensinar aos membros da família as competências necessárias para fazer bem as tarefas, por isso prefiro fazê-las eu mesma.	0.63	2.87	1.48
A maioria das mulheres gosta de cuidar das suas casas e os homens, simplesmente, não gostam dessas coisas.	0.62	3.95	2.03
Por muitas razões, é mais difícil para os homens do que para as mulheres fazer o trabalho doméstico e cuidar dos filhos.	0.62	4.45	1.86
Frequentemente refaço algumas tarefas domésticas que o meu marido não fez bem.	0.46	2.35	1.38
Alpha de Cronbach = 0.82			
<b>Factor 2: Identidade Feminina (11.43%)</b>			
Eu sei que as pessoas me julgam sobre ser uma boa esposa/mãe a partir da forma como cuido da casa e dos filhos.	0.85	3.38	1.53
Preocupo-me com o que os nossos vizinhos, família alargada e amigos pensam sobre a maneira como desempenho as minhas tarefas domésticas.	0.78	2.41	1.56
Quando os nossos filhos estão bem arranjados em público sinto-me ainda mais orgulhosa deles.	0.53	4.06	1.27
Ficaria envergonhada se aparecessem visitas inesperadamente e a nossa casa estivesse desarrumada.	0.51	3.78	1.44
Alpha de Cronbach = 0.70			

Analisando os valores do *alpha* de *Cronbach* dos dois factores, estes revelaram uma boa consistência interna (cf. Quadro 4), o que permitiu a criação de duas escalas com o mesmo nome, “padrões e responsabilidade” e “identidade feminina”.

Posteriormente, foram realizados testes *t* de *Student* para amostras independentes, no sentido de se comparar as médias das variáveis para se saber se o sexo dos respondentes influenciava o seu grau de acordo face a estas duas escalas. Os resultados da análise encontram-se apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 – Grau de acordo com padrões e responsabilidade e identidade feminina, em função do sexo dos respondentes. Teste de *t* de *Student*.

	Homens (N=86) Média (D.P.)	Mulheres (N=86) Média (D.P.)	t (170)
Padrões e Responsabilidade	3.40 (1.09)	3.34 (1.12)	0.33
Identidade Feminina	3.56 (0.99)	3.26 (1.10)	1.88

Analisando o Quadro 5 pode-se concluir que homens e mulheres concordam com os itens da escala, não havendo diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres ao nível da escala “padrões e responsabilidade” ( $t(170) = 0.33, ns.$ ) e “identidade feminina” ( $t(170) = 1.88, ns.$ ). Estas análises revelam que as respostas dadas pelos respondentes masculinos não diferem de forma significativa das respostas dadas pelos respondentes femininos.

A análise aos padrões correlacionais de ambas as escalas evidenciou relações com algumas das variáveis que foram apresentadas anteriormente. Os resultados da análise encontram-se apresentados no Quadro 6.

Quadro 6 – Correlações *r* de Pearson entre as escalas padrões e responsabilidade e identidade feminina e as dimensões das práticas familiares quando significativas.

	Homens (N=86)	Mulheres (N=86)
Padrões e Responsabilidade * Tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres	0.25*	0.27*

Padrões e Responsabilidade * Tarefas parentais desempenhadas pelas mulheres	0.22*	0.14
Padrões e Responsabilidade * Tarefas domésticas desempenhadas pelos homens	-0.20 <sup>t</sup>	-0.28**
Identidade feminina * Tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres	0.24*	0.14
Identidade feminina * Tarefas masculinas desempenhadas pelas mulheres	-0.26*	-0.03
Identidade feminina * Tarefas parentais desempenhadas pelos homens	-0.27**	-0.10

---

<sup>t</sup> p<0.07; \*p<0.05; \*\*p<0.01

Analisando os valores de correlação *r* de *Pearson*, do Quadro 6, verifica-se que a escala “padrões e responsabilidade” está significativa e positivamente correlacionada com a escala das “tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres”, sendo esta asserção válida para ambos os sexos ( $r(86) = 0.25$ ,  $p < 0.05$  para os homens e  $r(86) = 0.27$ ,  $p < 0.05$  para as mulheres). A correlação entre a escala de “padrões e responsabilidade” com a escala das “tarefas parentais desempenhadas pelas mulheres” foi estatisticamente significativa (positiva) apenas no sexo masculino ( $r(86) = 0.22$ ,  $p < 0.05$ ). A correlação entre a escala de “padrões e responsabilidade” com a escala das “tarefas domésticas desempenhadas pelos homens” foi estatisticamente significativa (negativa) no sexo feminino ( $r(86) = -0.28$ ,  $p = 0.01$ ) e marginalmente significativa (negativa) no sexo masculino ( $r(86) = -0.20$ ,  $p < 0.07$ ).

Analisando os valores de correlação *r* de *Pearson* verifica-se que a escala “identidade feminina” correlaciona-se positivamente, de forma significativa, com a “escala das tarefas domésticas desempenhadas pelas mulheres”, apenas no sexo masculino ( $r(86) = 0.24$ ,  $p < 0.05$ ). A escala “identidade feminina” correlaciona-se, negativamente com a escala das “tarefas masculinas desempenhadas pelas mulheres” no sexo masculino ( $r(86) = -0.26$ ,  $p < 0.05$ ). A correlação entre a escala “identidade feminina” com a escala das “tarefas parentais desempenhadas pelos homens” foi estatisticamente significativa (negativa) no sexo masculino ( $r(86) = -0.27$ ,  $p = 0.01$ ).

Estes resultados parecem indicar que quanto maior o grau de participação que tanto homens como mulheres atribuem às mulheres na execução das tarefas domésticas maiores os padrões e responsabilidades atribuídos a estas últimas, isto é, quanto mais as

mulheres executam as tarefas domésticas mais elas e os seus cônjuges acham que o trabalho doméstico é da sua responsabilidade. Quanto às tarefas parentais estes resultados parecem indicar que quanto maior o grau de participação que os homens atribuem às mulheres na execução das tarefas parentais maiores os padrões e responsabilidades atribuídos a estas, ou seja, quanto mais as mulheres executam as tarefas parentais mais os homens acham que esse trabalho é da sua responsabilidade. Quanto às tarefas domésticas desempenhadas pelos homens, quanto mais os homens executam as tarefas domésticas menor a atribuição aos padrões e responsabilidades femininos, esta asserção é válida tanto para homens como para as mulheres.

Quanto à identidade feminina, apenas se verificaram correlações estatisticamente significativas no caso dos homens. Relativamente às tarefas domésticas e masculinas desempenhadas pelas mulheres, estes resultados parecem indicar que quanto mais as mulheres executam as tarefas domésticas, e quanto menos executam as tarefas masculinas, mais os homens acham que as suas esposas confirmam a sua feminilidade no desempenho destas tarefas. Por fim, e relativamente às tarefas parentais desempenhadas pelos homens, quanto mais os homens executam as tarefas parentais menos consideram que as suas esposas valorizam a sua identidade feminina através da execução destas tarefas.

Estes resultados apoiam em parte a Hipótese 2 que prevê que “as mulheres que são mais “*gatekeepers*” trabalham mais nas tarefas domésticas e parentais”.

### 3.3. Crença nas diferenças entre os sexos, justiça e satisfação

Analisando os valores de *alpha* de Cronbach verifica-se a existência de uma moderada e elevada consistência interna para as escalas “crença nas diferenças entre os sexos” ( $\alpha = 0.64$ ) e “justiça e satisfação” ( $\alpha = 0.81$ ).

Posteriormente foram realizados testes *t* de Student para amostras independentes, no sentido de se comprar as médias das variáveis para se saber se o sexo dos respondentes influenciava o seu grau de acordo com estas duas escalas. Os resultados desta análise encontram-se apresentados no Quadro 7.

Quadro 7 – *Diferenças entre homens e mulheres ao nível da crença nas diferenças entre os sexos, justiça e satisfação.*

	Homens (N=86) Média (D.P.)	Mulheres (N=86) Média (D.P.)	t (170)
Crença nas diferenças entre os sexos	4.84 (1.25)	4.40 (1.19)	2.38*
Justiça e Satisfação	5.21 (1.19)	4.81 (1.27)	2.14*

\*p<0.05

Analisando o Quadro 7 pode-se concluir que existem diferenças estatisticamente significativas entre homens e mulheres ao nível da escala da “crença nas diferenças entre os sexos” ( $t(170) = 2.38, p < 0.05$ ) e da escala de “justiça e satisfação” ( $t(170) = 2.14, p < 0.05$ ). Os homens apresentam uma maior crença nas diferenças entre os sexos e sentem uma maior justiça e satisfação com a actual repartição das tarefas familiares quando comparados com as respostas dadas pelas mulheres.

Os resultados poderiam indicar que relativamente às razões evocadas por homens e mulheres para explicar o seu desempenho nas várias tarefas familiares, os homens recorrem mais explicações baseadas na crença nas diferenças entre os sexos do que as mulheres. Este resultado foi também obtido por vários estudos, respectivamente, Poeschl e Silva (2001), Poeschl e Pinto (2001, 2002) e Afonso (2003).

Estes resultados apoiam a Hipótese 3 que postula que “os homens possuem a percepção que a divisão das tarefas familiares é mais justa e satisfatória do que as mulheres”, confirmando os resultados de Torres e colaboradores (2000), segundo os quais as mulheres consideram mais injusta a divisão tradicional de tarefas familiares do que os homens. Este também foi um resultado obtido por Afonso (2003), no seu estudo sobre as representações do impacto da situação de emprego e desemprego nas práticas familiares. Das várias explicações existentes para este fenómeno, os papéis de género podem ser uma fonte de explicação, uma vez que permitem explicar porque é que a divisão do trabalho familiar é considerada justa por ambos os cônjuges (Afonso, 2003).

Seguidamente foram calculados os padrões correlacionais entre as escalas “crença nas diferenças entre os sexos” e “justiça e satisfação” com as duas dimensões da escala do “*maternal gatekeeping*”. Os resultados desta análise encontram-se apresentados no Quadro 8.

Quadro 8 – Correlações *r* de Pearson entre as escalas de crença nas diferenças entre os sexos justiça e satisfação e as escalas de padrões e responsabilidade e identidade feminina.

	Homens (N=86)	Mulheres (N=86)
Crença nas diferenças entre os sexos * Justiça e satisfação	0.14	-0.04
Crença nas diferenças entre os sexos * Padrões e responsabilidade	0.48***	0.30**
Crença nas diferenças entre os sexos * Identidade feminina	0.42***	0.16
Justiça e satisfação * Padrões e responsabilidade	0.21 <sup>t</sup>	-0.03
Justiça e satisfação * Identidade feminina	0.31**	-0.00

<sup>t</sup> p=0.053; \*\*p<0.01; \*\*\*p<0.001

Analisando os valores de correlação *r* de Pearson, do Quadro 8, verifica-se que a escala “crença nas diferenças entre os sexos” não está significativamente correlacionada com a escala “justiça e satisfação” ( $r(86) = 0.14$ ,  $p=ns$ . para os homens e  $r(86) = -0.04$ ,  $p=ns$  para as mulheres.). A escala “crença nas diferenças entre os sexos” está significativamente correlacionada (positiva) com a escala dos “padrões e responsabilidade”, sendo esta asserção válida para ambos os sexos ( $r(86) = 0.48$ ,  $p<0.001$  para os homens e  $r(86) = 0.30$ ,  $p<0.01$  para as mulheres). A correlação entre a escala “crença nas diferenças entre os sexos” com a escala “identidade feminina” foi estatisticamente significativa (positiva) apenas no sexo masculino ( $r(86) = 0.42$ ,  $p<0.001$ ).

A escala “justiça e satisfação” está marginalmente correlacionada com a escala de “padrões e responsabilidade”, esta asserção só é válida apenas para o sexo masculino ( $r(86) = 0.21$ ,  $p=0.053$ ). A escala “justiça e satisfação” correlaciona-se significativamente (positiva) com a escala “identidade feminina” apenas para o sexo masculino ( $r(86) = 0.31$ ,  $p<0.01$ ).

Quanto à crença nas diferenças entre os sexos, os resultados parecem indicar que quanto maior a crença nas diferenças entre os sexos maior a atribuição às mulheres dos padrões e responsabilidades femininos, isto é, quanto mais os homens e as mulheres se encontram dispostas a acreditar na existência de diferenças naturais entre os sexos mais eles atribuem ao sexo feminino as responsabilidades das tarefas familiares. Os resultados parecem ainda indicar que quanto maior a crença nas diferenças entre os sexos maior a atribuição às mulheres da identidade feminina (apenas para os homens),

ou seja, quanto mais os homens acreditam nas diferenças entre os sexos mais estes acham que a realização das tarefas familiares por parte das mulheres prova a sua feminilidade.

Quanto à justiça e satisfação, os resultados parecem indicar que quanto mais os homens acham justa e satisfatória a divisão das tarefas familiares, mais eles acham que estas tarefas são da responsabilidade das mulheres e mais eles consideram que as mulheres provam a sua feminilidade ao desempenhar estas tarefas.

Em jeito de conclusão, e contrapondo sucintamente os resultados apresentados às hipóteses anteriormente formuladas, este trabalho empírico permitiu confirmar que quanto à previsão apresentada pela Hipótese 1, tanto os homens como as mulheres possuem a percepção que as mulheres trabalham mais nas tarefas domésticas e parentais do que os homens.

Quanto à previsão apresentada pela Hipótese 2, esta não foi totalmente corroborada pelos resultados, na medida em que apenas os homens consideram que as mulheres que são mais “*gatekeepers*” se dedicam mais à realização das tarefas parentais e domésticas. As mulheres que mais se dedicam às tarefas domésticas e cujos maridos menos investem nestas tarefas apenas têm padrões mais elevados e um maior sentimento de responsabilidade face às tarefas domésticas sem que a sua identidade feminina seja relacionada com essas tarefas.

Por fim, quanto à Hipótese 3, os resultados confirmam a previsão que os homens possuem a percepção que a divisão das tarefas familiares é mais justa e satisfatória do que as mulheres.

## Conclusão

O presente estudo teve como principal intuito o estudo da problemática das representações sociais de género e o seu impacto nas diversas práticas familiares. As representações de género continuam a legitimar as desigualdades no mercado de trabalho e, principalmente, no contexto familiar (Afonso & Poeschl, 2005; Poeschl, 2000; 2010). A divisão do trabalho familiar, pela sua relevância social, constitui-se um dos objectos de estudo das representações sociais (Afonso & Poeschl, 2005).

Como referencial teórico, este trabalho teve por base o Modelo Teórico das Representações Sociais, proposto por Moscovici (1961, 1967). Segundo Ribeiro (2005), as representações sociais desempenham um importante papel na organização dos comportamentos humanos e nas comunicações sociais. Estas orientam os diferentes comportamentos, atitudes e relações dos grupos sociais (Ribeiro, 2005). Assim, as representações sociais têm como uma das funções, a atribuição de sentido, permitindo a organização do real (Poeschl, 2003b). Este modelo teórico, não esgota, de maneira nenhuma, todo o seu potencial neste estudo empírico, muito mais poderia ter sido estudado acerca das representações sociais de género e da divisão do trabalho familiar.

Os objectivos principais deste estudo consistiram em analisar a divisão desigual do trabalho familiar, bem como, as perspectivas teóricas de explicação em relação a essa divisão desigual. Este trabalho procurou perceber o porquê da manutenção da organização tradicional das tarefas familiares (Poeschl, 2000). Segundo alguns autores, algumas mulheres inibem o trabalho familiar colaborativo entre cônjuges (Allen & Hawkins, 1999), porque assim, manteriam o poder e estatuto que possuem no seio familiar (Afonso, 2003; Müller, 1998; Poeschl, 2008). Este fenómeno é designado de “*female gatekeeping*” (Poeschl, 2007). Allen e Hawkins (1999) estudaram especificamente o “*maternal gatekeeping*”.

Os principais resultados deste estudo mostram que as mulheres, tal como os homens, continuam a possuir a percepção que as mulheres trabalham mais nas tarefas domésticas e parentais do que os homens. Estes resultados são corroborados por vários estudos (ver também Afonso, 2003; Afonso & Poeschl, 2005; Coltrane, 2009; Mickelson, Claffey & Williams, 2006; Poeschl & Silva, 2001). Eles indicam, ainda, que as mulheres que mais se dedicam às tarefas domésticas e cujos maridos menos investem nestas tarefas são mais relutantes a abandonar a responsabilidade das tarefas domésticas

devido aos seus padrões elevados. Outro resultado relevante deste estudo é o facto de os homens continuarem a considerar mais justa e satisfatória a actual divisão de tarefas quando comparados com as mulheres.

O presente trabalho apresenta, naturalmente, algumas falhas ou mais concretamente, algumas limitações. Uma das limitações que pode ser apontada é o processo de recolha da amostra. Este processo de recolha assentou numa amostra de conveniência e a mesma não é representativa da população. Para além deste aspecto, a técnica de amostragem adoptada pode ser considerada outra das limitações, uma vez que não se observa alguns dos aspectos metodológicos que são assegurados por outras opções metodológicas. Este estudo não teve por principal objectivo a sua generalização à população em geral, mas sim, a recolha das representações sociais dos sujeitos face à divisão actual das várias tarefas familiares.

Por fim, outra das limitações que pode ser referida, mas ao mesmo tempo pode influenciar futuras investigações, é o facto de este estudo não conseguir captar na sua total essência, o poder familiar, bem como, todas as suas relações. Como enuncia Poeschl (2003a) são vários os níveis de poder no contexto familiar. Este trabalho apenas aborda alguns desses níveis. Nas investigações futuras sugere-se que se aprofunde o conceito de poder na família, bem como, todas as suas relações, para que assim se consiga perceber o porquê da manutenção das práticas familiares tradicionais.

As explicações futuras podem dar resposta ao porque é que independentemente da forma como os cônjuges partilham o trabalho familiar, estes descrevem-no como sendo justo, equitativo e satisfatório (Roux, 1999 *in* Poeschl, Múrias, Costa & Silva, 2001, 2002; Poeschl *et al.*, 2006; Grote, Naylor & Clark, 2002 *in* Poeschl, 2007; Baxter & Western, 1998 *in* Poeschl, 2010), sendo que é no contexto familiar onde as mulheres parecem ter conquistado menos em termos de igualdade (Afonso & Poeschl, 2005; Poeschl & Serôdio, 1998). Assim, o facto de homens como mulheres, aceitarem as desigualdades existentes no contexto familiar permite a continuação da manutenção da reprodução social de género e da ordem social vigente (Duveen & Lloyd, 1986, *in* Poeschl, 2000; Poeschl *et al.*, 2006).

As sociedades devem começar a tomar consciência desta realidade desigual. Desta forma, as mulheres, não devem lutar só na esfera pública por uma igualdade de oportunidades, mas essa luta deve começar no contexto familiar, só assim, é que os postulados de igualdade de género defendidos pelas culturas ocidentais (Afonso, 2003; Müller, 1998; Poeschl & Silva, 2001; Poeschl, 2003a) podem ser realmente verdadeiros.

## Referências Bibliográficas

- Afonso, R. (2003). *Representações do impacto da situação de emprego e desemprego nas práticas familiares “ – O meu marido ajuda-me muito mas eu é que faço tudo”*. Tese de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto.
- Afonso, R. & Poeschl, G. (2005). Representações do impacto da situação de emprego e desemprego nas práticas familiares: o meu marido ajuda-me muito mas eu é que faço tudo. *Iberpsicología: revista electrónica de la Federación Española de Asociaciones de Psicología*, 10 (1).
- Afonso, R. & Poeschl, G. (2006). Representaciones del impacto de la situación de desempleo en las prácticas familiares. *Revista de Psicología Social*, 21 (3), 241-258.
- Allen, S. & Hawkins, A. (1999). Maternal gatekeeping: Mother's beliefs and behaviours that inhibit greater father involvement in family work. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 199-212.
- Alvim, F. (2006). *Mulheres (in)visíveis. Relatório da Campanha – Acabar com a Violência sobre as mulheres*. Amnistia Internacional: Portugal.
- Antill, J., Goodnow, J., Russell, G. & Cotton, S. (1996). The Influence of Parents and Family Context on Children's Involvement in Household Tasks. *Sex Roles*, 34, (3/4). 216- 236.
- Baxter, J. (2000). The Joys and Justice of Housework. *Sociology*, 34, 4, 609-631. United Kingdom: BSA Publications Limited.
- Boso, R. & Salvia, A. (2007). Representaciones, estratificación social y diferencias de género bajo condiciones de crisis y desempleo. In Jiménez Guzmán & Tena Guerrero (Coord.) *Reflexiones sobre masculinidad y empleo*, México: CRIM, UNAM.

- Breakwell, G. & Canter, D. (1993). *Empirical Approaches to Social Representations*. Oxford: Oxford Science Publications.
- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, vol. XXXVII (164), 949-979.
- Coltrane, S. (2000). Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1208-1233.
- Coltrane, S. (2009). Fatherhood, gender and work-family policies. In J. C. Gornick & M. K. Meyers (Eds.), *Gender equality: Transforming family divisions of labor*. (pp.385–409). London/New York: Verso.
- Coltrane, S. (2010). Gender theory and household labor. *Sex Roles*, DOI: 10.1007/s11199-010-9863-6. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/p86p05w706826827/> [Consultado em 01/10/2020].
- Comissão Europeia. (2008). *O Preço da Maternidade*. [Em linha]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/news/employment/081003\\_1\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/news/employment/081003_1_pt.htm) [Consultado em 01/06/2009].
- Costa, D. (2008). *As Representações sociais da Homossexualidade e o papel da assumpção da identidade sexual e do sexo de pertença nas atitudes para com os homossexuais*. Tese de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Universidade do Porto: Porto.
- Figueiredo, M. (2003). *Representação social da doença e do seu efeito nas práticas familiares*. Tese de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto: Porto.
- Kluwer, E., Heesink, J., & Van de Vliert, E. (2002). The division of labor across the transition to parenthood: A justice perspective. *Journal of Marriage and Family*, 64, 930-943.

- Kranichfeld, M. (1987). Rethinking Family Power. *Journal of Family Issues*, 8, 42-56.
- Lachance-Grzela, M. & Bouchard, G. (2010). Why Do Women Do the Lion's Share of Housework? A Decade of Research. *Sex Roles*, DOI: 10.1007/s11199-010-9797-z.
- Major, B. (1993). Gender, entitlement and the distribution of family labor. *Journal of Social Issues*, 49, 141-159.
- Mickelson, K., Claffey, S. & Williams, S. (2006). The Moderating Role of Gender and Gender Role Attitudes on the Link between Spousal Support and Marital Quality. *Sex Roles*, 55, 73-82.
- Mikula, G. (1998). Division of Household Labor and Perceived Justice: A Growing of Research. *Social Justice Research*, vol. 11, (3), 215-241.
- Mintz, R. & Mahalik, J. (1996). Gender role orientation and conflict as predictors of family roles for men. *Sex Roles*, Vol. 34, 11/12, 805-821.
- Moscovici, S. (1961, 1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Müller, U. (1998). The micropolitics of gender differences in family life. In V. Ferreira, T. Tavares & S. Portugal (Eds.), *Shifting Bonds, Shifting Bonds*. Oeiras: Celta Editora.
- Oliveira, J. (2010). Iguualmente diferentes: conheça os seus direitos! Projecto + Igualdade. *Espaço Con(tacto)*. Porto: Portodesign.pt.
- Ordaz, O. & Vala, J. (1997). Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 847-874.
- Patel, M. (2005). *Família, trabalho e relações conjugais: perspectivas de dominação e igualdades no feminino e no masculino*. Tese de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto.

- Poeschl, G. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. *Análise Social*, vol. XXXV (156), 695-719.
- Poeschl, G. (2003a). Representações das diferenças entre os sexos, práticas familiares e relações entre homens e mulheres. *Estudos Goiânia*, vol. 30 (1), 31-49.
- Poeschl, G. (2003b). Teoría de las representaciones sociales. In J.F. Morales & C. Huici (Eds.), *Estudios de Psicología Social*, 439-466. Madrid: UNED.
- Poeschl, G. (2007). What Family Organization Tells Us about Fairness and Power in Marital Relationships. *Social and Personality Psychology Compass*, 1, 1, 557-571.
- Poeschl, G. (2008). Social norms and the feeling of justice about unequal family practices. *Social Justice Research*, 21, 1, 69-85.
- Poeschl, G. (2010). Desigualdades na divisão do trabalho familiar, sentimento de justiça e processos de comparação social. *Análise Psicológica*, vol. XXVIII (1), 29-42.
- Poeschl, G. & Serôdio, R. (1998). Rôles de genre, travail familial et pouvoir familial: Représentations et relations. *La Revue Internationale de L'Éducation Familiale*, Vol.2, (2), 5-23.
- Poeschl, G. & Silva, A. (2001). Efeito das crenças nas diferenças entre os sexos na percepção e no julgamento das práticas familiares. *Psicologia*, vol. XV (1). 93-113.
- Poeschl, G., Múrias, C., E. Costa & Silva, A. (2001-2002). Representações das tarefas familiares. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 161-170.
- Poeschl, G. & Pinto, I. (2001-2002). Representações das diferenças entre os sexos e legitimação das relações entre homens e mulheres. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 17/18, 171-179.
- Poeschl, G., Múrias, C. & Ribeiro, R. (2003). As diferenças entre os sexos: Mito ou realidade?. *Análise Psicológica* 2 (XXI), 213-228.

- Poeschl, G., Pinto, I., Múrias, C., Silva, A. & Ribeiro, R. (2006). Representations of family practices, belief in sex differences and sexism. *Sex Roles, 55, 1*, 111-121.
- Ribeiro, R. (2005). *As Representações Sociais da Realização Pessoal: efeito do sexo e do estado civil*. Tese de Mestrado em Psicologia Social. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Universidade do Porto: Porto.
- Torres, A. Silva, F. Monteiro, T. Cabrita, M. & Jesus, F. (2000). *Porque não se revoltam as mulheres. Resultados de uma pesquisa nacional sobre a divisão do trabalho entre dois sexos*. Actas do IV Congresso Português de Sociologia Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Torres, A. Marques, C. & Maciel, D. (2008). Trabalho, família e género e políticas sociais, in, Família e Género. Actas do VI Congresso Português de Sociologia – *Mundos Sociais: Saberes e Práticas*. Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Lisboa.
- Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds), *Psicologia Social (7ª Ed.)*, (pp.457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vintém, J. (2008). *Diferenças de género e desigualdades sociais na saúde e doença em Portugal*. Tese de Mestrado em Família e Sociedade. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Wagner, W., Duveen, G., Farr, R., Jovchelovitch, S., Lorenzi-Cioldi, F., Marková, I., Rose, D. (1999). Theory and method of social representations. *Asian Journal of Social Psychology, 2*, 95-125.

## **Anexos**

---

**Anexo 1: Questionário sobre as práticas familiares (homem)**

---

**INQUÉRITO SOBRE AS PRÁTICAS FAMILIARES**

Este questionário faz parte de uma investigação que estamos a realizar, cuja temática é a organização familiar. Pedimos que responda de forma espontânea a todas as questões. Não há respostas correctas ou erradas, o que nos interessa é a sua opinião. O questionário é anónimo e confidencial, destinando-se apenas à investigação científica.

Agradecemos a sua participação

Idade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: Portuguesa  Outra

Casado  União de facto  Casado mais do que uma vez

Há quantos anos vive com a sua mulher (ou a sua parceira): \_\_\_\_\_

Número de filhos: \_\_\_\_\_

Quantos dos seus filhos ainda vivem em casa: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Número médio de horas semanais que passa no emprego: \_\_\_\_\_

Habilitações Literárias: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_ Praticante: Sim  Não  Sem

Tendência Política: Esquerda  Centro  Direita  Sem

Na investigação conduzida internacionalmente sobre a organização familiar, alguns estudos procuram definir o grau de participação de cada um dos cônjuges em várias tarefas e decisões familiares. Portanto, gostaríamos, em primeiro lugar, que nos indique, em percentagem (numa escala de 0 a 100%), o grau de participação da sua mulher, o seu grau de participação e, eventualmente, o grau de participação de uma terceira pessoa, em cada uma das tarefas e decisões, mencionadas a seguir:

Tarefas e Decisões	Grau de participação (em %)		
	Mulher	Homem	Outra
Pôr as crianças na cama	_____	_____	_____
Lavar a roupa	_____	_____	_____
Aspirar ou varrer a casa	_____	_____	_____
Falar com os filhos sobre os seus problemas	_____	_____	_____
Substituir a bilha de gás	_____	_____	_____
Dar de biberão ao bebé	_____	_____	_____
Embalar o bebé	_____	_____	_____
Cuidar dos animais de estimação	_____	_____	_____
Preparar as refeições	_____	_____	_____
Buscar o correio	_____	_____	_____
Limpar o pó	_____	_____	_____
Brincar com as crianças	_____	_____	_____
Arranjar as instalações eléctricas	_____	_____	_____
Lavar o carro	_____	_____	_____
Passar a ferro	_____	_____	_____
Lavar a loiça	_____	_____	_____
Ajudar os filhos nos deveres da escola	_____	_____	_____
Tratar dos assuntos bancários	_____	_____	_____
Comprar um carro	_____	_____	_____
Escolher o número de filhos desejados	_____	_____	_____
Fixar o orçamento das férias	_____	_____	_____
Escolher uma escola para os filhos	_____	_____	_____
Organizar os tempos livres	_____	_____	_____
Escolher o programa de televisão	_____	_____	_____

De seguida, irá encontrar um conjunto de frases que os homens por vezes dizem a propósito das suas mulheres. Gostaríamos de saber em que medida estas observações se aplicam à sua mulher. Para isso, coloque um círculo à volta do algarismo que melhor corresponde à sua opinião, sabendo que:

**1 = nada a ver com ela**

**2 = um pouco a ver com ela**

**3 = como ela**

**4 = muito a ver com ela**

**5 = tudo a ver com ela**

1. Frequentemente, a minha mulher refaz algumas das tarefas domésticas que eu não fiz bem.	<b>1 2 3 4 5</b>
2. A minha mulher acha que é muito difícil ensinar aos membros da família as competências necessárias para fazer bem as tarefas, por isso prefere fazê-las ela mesma.	<b>1 2 3 4 5</b>
3. A minha mulher acha que eu não sei bem como fazer muitas das tarefas domésticas, por isso é mais fácil se for ela a fazê-las.	<b>1 2 3 4 5</b>
4. A minha mulher tem padrões mais elevados do que eu no que toca aos cuidados a ter com a casa.	<b>1 2 3 4 5</b>
5. A minha mulher gosta de ser ela a mandar no que toca às responsabilidades domésticas.	<b>1 2 3 4 5</b>
6. A minha mulher ficaria envergonhada se aparecessem visitas inesperadamente e a nossa casa estivesse desarrumada.	<b>1 2 3 4 5</b>
7. Quando os nossos filhos estão bem arranjados em público a minha mulher sente-se ainda mais orgulhosa deles.	<b>1 2 3 4 5</b>
8. A minha mulher acha que as pessoas a julgam sobre ser uma boa esposa/mãe a partir da forma como ela cuida da casa e dos filhos.	<b>1 2 3 4 5</b>
9. A minha mulher preocupa-se com o que os nossos vizinhos, família alargada e amigos pensam sobre a maneira como desempenha as suas tarefas domésticas.	<b>1 2 3 4 5</b>

Gostaríamos, finalmente, conhecer a sua opinião sobre as afirmações que se seguem. Coloque um círculo à volta do algarismo que melhor corresponde à sua opinião, sabendo que:

**1 = discordo totalmente**

**2 = discordo bastante**

**3 = discordo um pouco**

**4 = não discordo nem concordo**

**5 = concordo um pouco**

**6 = concordo bastante**

**7 = concordo totalmente**

1. A maioria das mulheres gosta de cuidar das suas casas e os homens, simplesmente, não gostam dessas coisas.	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
2. Há actividades mais apropriadas para a mulher e outras mais adequadas para o homem	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
3. Há actividades que correspondem mais às capacidades dos homens ou das mulheres	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
4. Há diferenças psico-fisiológicas entre homens e mulheres	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
5. Os homens e as mulheres têm competências diferentes	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
6. Por muitas razões, é mais difícil para os homens do que para as mulheres fazer o trabalho doméstico e cuidar dos filhos.	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
7. Na nossa situação, pode-se considerar a repartição das tarefas como justa	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
8. A minha participação nas tarefas domésticas dá-me satisfação	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
9. Acho que a minha participação nas tarefas familiares é justa	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
10. Acho que a minha mulher considera a sua participação nas tarefas familiares como sendo justa	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
11. Na nossa situação, pode-se considerar a repartição de tarefas como satisfatória	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
12. Acho que a minha mulher considera a sua participação nas tarefas familiares como sendo satisfatória	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>

Obrigado pela sua colaboração

**Anexo 2: Questionário sobre as práticas familiares (mulher)**

---

**INQUÉRITO SOBRE AS PRÁTICAS FAMILIARES**

Este questionário faz parte de uma investigação que estamos a realizar, cuja temática é a organização familiar. Pedimos que responda de forma espontânea a todas as questões. Não há respostas correctas ou erradas, o que nos interessa é a sua opinião. O questionário é anónimo e confidencial, destinando-se apenas à investigação científica.

Agradecemos a sua participação

Idade: \_\_\_\_\_

Nacionalidade: Portuguesa  Outra

Casada  União de facto  Casada mais do que uma vez

Há quantos anos vive com o seu marido (ou o seu parceiro): \_\_\_\_\_

Número de filhos: \_\_\_\_\_

Quantos dos seus filhos ainda vivem em casa: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Número médio de horas semanais que passa no emprego: \_\_\_\_\_

Habilitações Literárias: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_ Praticante: Sim  Não  Sem

Tendência Política: Esquerda  Centro  Direita  Sem

Na investigação conduzida internacionalmente sobre a organização familiar, alguns estudos procuram definir o grau de participação de cada um dos cônjuges em várias tarefas e decisões familiares. Portanto, gostaríamos, em primeiro lugar, que nos indique, em percentagem (numa escala de 0 a 100%), o seu grau de participação, o grau de participação do seu marido e, eventualmente, o grau de participação de uma terceira pessoa, em cada uma das tarefas e decisões, mencionadas a seguir:

Tarefas e Decisões	Grau de participação (em %)		
	Mulher	Homem	Outra
Pôr as crianças na cama	_____	_____	_____
Lavar a roupa	_____	_____	_____
Aspirar ou varrer a casa	_____	_____	_____
Falar com os filhos sobre os seus problemas	_____	_____	_____
Substituir a bilha de gás	_____	_____	_____
Dar de biberão ao bebé	_____	_____	_____
Embalar o bebé	_____	_____	_____
Cuidar dos animais de estimação	_____	_____	_____
Preparar as refeições	_____	_____	_____
Buscar o correio	_____	_____	_____
Limpar o pó	_____	_____	_____
Brincar com as crianças	_____	_____	_____
Arranjar as instalações eléctricas	_____	_____	_____
Lavar o carro	_____	_____	_____
Passar a ferro	_____	_____	_____
Lavar a loiça	_____	_____	_____
Ajudar os filhos nos deveres da escola	_____	_____	_____
Tratar dos assuntos bancários	_____	_____	_____
Comprar um carro	_____	_____	_____
Escolher o número de filhos desejados	_____	_____	_____
Fixar o orçamento das férias	_____	_____	_____
Escolher uma escola para os filhos	_____	_____	_____
Organizar os tempos livres	_____	_____	_____
Escolher o programa de televisão	_____	_____	_____

De seguida, irá encontrar um conjunto de frases que por vezes as mulheres dizem. Gostaríamos de saber em medida estas observações se apliquem a si. Para isso, coloque um círculo à volta do algarismo que melhor corresponde à sua opinião, sabendo que:

**1 = nada a ver comigo**

**2 = um pouco a ver comigo**

**3 = como eu**

**4 = muito a ver comigo**

**5 = tudo a ver comigo**

1. Frequentemente refaço algumas tarefas domésticas que o meu marido não fez bem.	<b>1 2 3 4 5</b>
2. É muito difícil ensinar aos membros da família as competências necessárias para fazer bem as tarefas, por isso prefiro fazê-las eu mesma.	<b>1 2 3 4 5</b>
3. O meu marido não sabe bem como fazer muitas das tarefas domésticas, por isso é mais fácil se for eu a fazê-las.	<b>1 2 3 4 5</b>
4. Tenho padrões mais elevados do que o meu marido no que toca aos cuidados a ter com a casa.	<b>1 2 3 4 5</b>
5. Gosto de ser eu a mandar no que toca às responsabilidades domésticas.	<b>1 2 3 4 5</b>
6. Ficaria envergonhada se aparecessem visitas inesperadamente e a nossa casa estivesse desarrumada.	<b>1 2 3 4 5</b>
7. Quando os nossos filhos estão bem arranjados em público sinto-me ainda mais orgulhosa deles.	<b>1 2 3 4 5</b>
8. Eu sei que as pessoas me julgam sobre ser uma boa esposa/mãe a partir da forma como cuido da casa e dos filhos.	<b>1 2 3 4 5</b>
9. Preocupo-me com o que os nossos vizinhos, família alargada e amigos pensam sobre a maneira como desempenho as minhas tarefas domésticas.	<b>1 2 3 4 5</b>

Gostaríamos, finalmente, conhecer a sua opinião sobre as afirmações que se seguem. Coloque um círculo à volta do algarismo que melhor corresponde à sua opinião, sabendo que:

**1 = discordo totalmente**

**2 = discordo bastante**

**3 = discordo um pouco**

**4 = não discordo nem concordo**

**5 = concordo um pouco**

**6 = concordo bastante**

**8 = concordo totalmente**

1. A maioria das mulheres gosta de cuidar das suas casas e os homens, simplesmente, não gostam dessas coisas.	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
2. Há actividades mais apropriadas para a mulher e outras mais adequadas para o homem	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
3. Há actividades que correspondem mais às capacidades dos homens ou das mulheres	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
4. Há diferenças psico-fisiológicas entre homens e mulheres	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
5. Os homens e as mulheres têm competências diferentes	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
6. Por muitas razões, é mais difícil para os homens do que para as mulheres fazer o trabalho doméstico e cuidar dos filhos.	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
7. Na nossa situação, pode-se considerar a repartição das tarefas como justa	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
8. A minha participação nas tarefas domésticas dá-me satisfação	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
9. Acho que a minha participação nas tarefas familiares é justa	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
10. Acho que o meu marido considera a sua participação nas tarefas familiares como sendo justa	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
11. Na nossa situação, pode-se considerar a repartição de tarefas como satisfatória	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>
12. Acho que o meu marido considera a sua participação nas tarefas familiares como sendo satisfatória	<b>1 2 3 4 5 6 7</b>

Obrigado pela sua colaboração